



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo DIÁRIO DE NATAL - NATAL
Data: 18.07.98
Seção: MUNDO

Página 06

DERROTA AMERICANA

ONU APROVA CRIAÇÃO DE CORTE PERMANENTE

O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembleia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, KOFI ANNAN, SUSPENDEU SUA VISITA À ARGENTINA E VIAJOU PARA ROMA PARA PARTICIPAR DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO ACORDO, APROVADO POR 117 VOTOS CONTRA 17.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos cometidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Iêmen também apresentaram obje-

ções ao documento. Já aliados tradicionais dos americanos saíram em defesa plena do acordo.

Com sede em Haia, na Holanda, o TPI faz renascer um sonho de mais de

50 anos quando criminosos de guerra nazistas foram julgados no Tribunal de Nuremberg. "Penso que este é um grande acontecimento histórico", disse Benjamin Ferencz, que foi promotor em Nuremberg e tem trabalhado desde então para a criação de um tribunal permanente.

O projeto foi elaborado cuidadosamente depois de semanas de duras negociações e objeções americanas. Os EUA temem que, pelas cláusulas do acordo, suas tropas, espalhadas pelas regiões mundiais mais conflituosas, possam tornar-se alvos de acusações politicamente motivadas.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA
Data: 18.07.98
Seção: OPINIÃO
Página 23

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

CONTRASTES DESMEDIDOS

Josaphat Marinho

Em visita ao Brasil, esta semana, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, observou e comparou os contrastes de nosso desenvolvimento. São Paulo tem economia de uma nação forte, enquanto no Nordeste "existem situações semelhantes às das partes mais pobres da África". Se o Plano Real e o processo redutor da inflação representam "salto extraordinário", as desigualdades sociais são "dolorosas", retratadas, entre outros quadros, nas favelas do Rio e nos meninos de rua. E acentuou que estes perambulam, ignorantes, em torno de "arranha-céus reluzentes, onde enormes fortunas são geradas todos os dias". A riqueza de parilha com a pobreza máxima. A grandeza ao lado da miséria.

Note-se que se trata de uma visão parcial de nosso drama. Não teve oportunidade o delegado da ONU de aprofundar-se no conhecimento de nossas disparidades, ao longo do país. Auto-estradas aqui, crateras ali. Hospitais de luxo em grandes centros, absoluta falta de estabelecimentos de socorro em múltiplas partes de vários estados. Escolas equipadas de computadores e aparelhos de televisão e tantas outras sem assentos adequados para os alunos, e até sem nenhuma cadeira. Inexistência de biblioteca num sem-número de cidades, como de centros de cultura que aproximem as pessoas e lhes aperfeiçoem a mentalidade, com a leitura, a arte e o lazer.

Essas e outras dessemelhanças se reproduzem no território nacional, marcando, também, o desequilíbrio da estrutura federativa. Se a extensão do país e a diversidade de suas regiões reclamam a convivência em Federação, nem



Arte: Cláudio Regis

por isso são adotadas as medidas próprias para mantê-la forte. Não há real entrelaçamento entre os estados, nem entre os municípios, quer para a defesa de interesses comuns, quer no sentido de realização de serviços interligados, ou de alcance regional. São comparativamente poucos os convênios estabelecidos no propósito de facilitar empreendimentos e reduzir despesas. Falta o espírito associativo, tão útil à vitalidade de uma Federação de tal dimensão e com

tamanhas diferenciações.

Mesmo diante de dificuldades financeiras, como as experimentadas agora, não se unem nem se entendem estados e municípios para pleitear reforma tributária objetiva e justa. Em consequência desse desajustamento, salvo algumas unidades federadas, a maioria sacrifica obras e serviços, e até a situação de seus servidores, por deficiência de recursos financeiros. A própria União se ressentiu de orientação correta, talvez por ausência de pla-

nejamento adequado, a ponto de permanecer por quase quatro anos, como no atual governo, sem conceder qualquer melhoria a seus servidores. Pior de tudo é que essa desarticulação desfigura o sistema federativo, inclusive deixando estagnados e municípios, com frequência, na condição de dependentes de favores do governo federal. E daí resultam efeitos políticos, prejudiciais à autonomia das entidades componentes da Federação.

Em face dessas distorções institucionais, avultam os obstáculos para que se corrijam as desigualdades existentes. Não é fácil ao cidadão aceitar que o governo acumule reservas de milhões de reais e declare não ter receita suficiente para os serviços de saúde ou de repavimentação das rodovias. A demora na retomada do desenvolvimento econômico enfraquece e destrói empresas, agravando o desemprego. Os juros altos perturbam a economia geral. Se a lógica dos programas, porém, entra em conflito, por algum tempo, com as necessidades da vida, esgota-se a tolerância coletiva.

Diante das desigualdades subsistentes e das restrições econômicas estabelecidas e prolongadas, já é hora de acudir à angústia de tantos brasileiros. Se recursos apareceram, neste período eleitoral, para concessão de vantagens há muito devidas a servidores, outros meios não surgiram a fim de atender melhor aos serviços essenciais, que amparam a população. Enquanto não sobrevém um regime de planejamento justo, haja pelo menos forma de atenuar os sofrimentos mais graves dos de maior pobreza.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA
Data: 18.07.98
Seção: EM TEMPO

Página

11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

ONU aprova criação de corte penal permanente

Roma (AE-Reuter) - O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembléia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos co-

metidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Iêmen também apresentaram objeções ao documento. Já aliados tradicionais dos americanos saíram em defesa plena do acordo.

Com sede em Haia, na Holanda, o TPI faz renascer um sonho de mais de 50 anos quando criminosos de guerra nazistas foram julgados no Tribunal de Nuremberg. "Penso que este é um grande acontecimento histórico", disse Benjamin Ferenca, que foi promotor em Nuremberg e tem trabalhado desde então para a criação de um tribunal permanente.

O projeto foi elaborado cuidadosamente depois de semanas de duras negociações e objeções americanas.



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo A GAZETA DA ZONA NORTE - SP
Data: 18.07.98
Seção: ...

Página 05

Secretário-geral da ONU fez primeira visita ao Brasil

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annam chegou ao Brasil no sábado, dia 11 de julho com o objetivo de discutir com o presidente Fernando Henrique Cardoso assuntos regionais e questões de importância global.

Antes de seu embarque para o Brasil, em Nova York, o secretário geral declarou que sua visita ao Brasil não estaria envolvida com a política interna do País e que estaria aberto a encontrar-se, inclusive, com líderes da oposição interessados em falar com ele. Sua visita esteve, assim, longe de significar um gesto de apoio pessoal ao presidente Fernando Henrique. Mesmo assim a participação do secretário na solenidade de assinatura dos tratados nucleares tem alcançado grande repercussão internacional.

A solenidade aconteceu na segunda-feira, durante a qual o presidente Fernando Henrique assinou a adesão ao Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Na ocasião, Fernando Henrique afirmou que o Brasil não quer a bomba atômica e que é melhor gastar os "escassos recursos" do governo na estabilidade econômica e no combate às desigualdades sociais do que em projetos armamentistas.

O presidente defendeu que as Nações Unidas liderassem um programa em favor da eliminação de todas as armas nucleares dentro de alguns anos.

Durante a solenidade de adesão ao tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Annam pediu que o governo resolvesse as desigualdades sociais citando as favelas do Rio de Janeiro e o



O secretário-geral da ONU, Kofi Annam, elogiou a estabilidade da moeda no Brasil, mas lamentou as desigualdades sociais

problema dos meninos de rua.

Elogiando o País por ter alcançado a estabilidade econômica, o secretário-geral afirmou que a ONU será parceira do Brasil na luta pelo desenvolvimento e pela justiça social. "O Brasil deu um salto extraordinário desde que o Plano Real foi introduzido. Vocês atingiram a estabilidade e reduziram drasticamente sua taxa de inflação. Mas vocês também reconhecem que desigualdades dolorosas permanecem. São Paulo, que terei o prazer de visitar (o que aconteceu na terça-feira), seria a vigésima economia do mundo se fosse uma nação por si só. No entanto, as favelas que vi no Rio de Janeiro, há dois dias, poderiam estar perfeitamente em outro país. Os meninos de rua não sabem nada sobre os arranha-céus reluzentes, onde enormes fortunas são geradas todos os dias. E no Nordeste do Brasil existem situações semelhantes às das partes mais pobres da África", comparou Annam.

Kofi Annam elogia classe empresarial em São Paulo

Em sua visita a São Paulo (terça-feira), Kofi Annam fez uma palestra no Parlamento Latino Ameri-

cano dirigida aos empresários e líderes comunitários. Em sua palestra ele afirmou que um dos maiores desafios no limiar do novo milênio é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei.

No início de sua palestra, o secretário elogiou a primeira-dama, Ruth Cardoso, coordenadora do Comunidade Solidária. Segundo ele, Ruth Cardoso demonstrou compreender bem que uma sociedade civil forte promove a cidadania responsável. "Ela discorreu sobre o papel singular que o setor não-governamental, não-lucrativo, pode desempenhar como agente de mudança e como parceiro no desenvolvimento", afirmou. Durante sua palestra, o secretário também teceu elogios à classe empresarial que produz empregos, riqueza e prosperidade. A palestra foi realizada na Associação das Nações Unidas-Brasil, no Parlatino. Logo após, o secretário seguiu para o Palácio dos Bandeirantes, onde almoçou com o governador em exercício, Geraldo Alckmin e as 15h30 embarcou para o Uruguai. Esta é a segunda visita de Kofi Annam à América Latina e além do Brasil, ele visita quatro países latinos.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo DIÁRIO DE NATAL - NATAL
Data: 18.07.98
Seção: MUNDO
Página 06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

DERROTA AMERICANA

ONU APROVA CRIAÇÃO DE CORTE PERMANENTE

O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembleia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, KOFI ANNAN, SUSPENDEU SUA VISITA À ARGENTINA E VIAJOU PARA ROMA PARA PARTICIPAR DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO ACORDO, APROVADO POR 117 VOTOS CONTRA 17.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos cometidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Iêmen também apresentaram obje-

ções ao documento. Já aliados tradicionais dos americanos saíram em defesa plena do acordo.

Com sede em Haia, na Holanda, o TPI faz renascer um sonho de mais de

50 anos quando criminosos de guerra nazistas foram julgados no Tribunal de Nuremberg. "Penso que este é um grande acontecimento histórico", disse Benjamin Ferencz, que foi promotor em Nuremberg e tem trabalhado desde então para a criação de um tribunal permanente.

O projeto foi elaborado cuidadosamente depois de semanas de duras negociações e objeções americanas. Os EUA temem que, pelas cláusulas do acordo, suas tropas, espalhadas pelas regiões mundiais mais conflituosas, possam tornar-se alvos de acusações politicamente motivadas.



Cliente: ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA
Data: 18.07.98
Seção: OPINIÃO

Página 23

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

CONTRASTES DESMEDIDOS

Josaphat Marinho

Em visita ao Brasil, esta semana, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, observou e comparou os contrastes de nosso desenvolvimento. São Paulo tem economia de uma nação forte, enquanto no Nordeste "existem situações semelhantes às das partes mais pobres da África". Se o Plano Real e o processo reductor da inflação representam "salto extraordinário", as desigualdades sociais são "dolorosas", retratadas, entre outros quadros, nas favelas do Rio e nos meninos de rua. E acentuou que estes perambulam, ignorantes, em torno de "arranha-céus reluzentes, onde enormes fortunas são geradas todos os dias". A riqueza de parelha com a pobreza máxima. A grandeza ao lado da miséria.

Note-se que se trata de uma visão parcial de nosso drama. Não teve oportunidade o delegado da ONU de aprofundar-se no conhecimento de nossas disparidades, ao longo do país. Auto-estradas aqui, crateras ali. Hospitais de luxo em grandes centros, absoluta falta de estabelecimentos de socorro em múltiplas partes de vários estados. Escolas equipadas de computadores e aparelhos de televisão e tantas outras sem assentos adequados para os alunos, e até sem nenhuma cadeira. Inexistência de biblioteca num sem-número de cidades, como de centros de cultura que aproximem as pessoas e lhes aperfeiçoem a mentalidade, com a leitura, a arte e o lazer.

Essas e outras dessemelhanças se reproduzem no território nacional, marcando, também, o desequilíbrio da estrutura federativa. Se a extensão do país e a diversidade de suas regiões reclamam a convivência em Federação, nem



Arte: Chico Regis

por isso são adotadas as medidas próprias para mantê-la forte. Não há real entrelaçamento entre os estados, nem entre os municípios, quer para a defesa de interesses comuns, quer no sentido de realização de serviços interligados, ou de alcance regional. São comparativamente poucos os convênios estabelecidos no propósito de facilitar empreendimentos e reduzir despesas. Falta o espírito associativo, tão útil à vitalidade de uma Federação de tal dimensão e com

tamanhas diferenciações.

Mesmo diante de dificuldades financeiras, como as experimentadas agora, não se unem nem se entendem estados e municípios para pleitear reforma tributária objetiva e justa. Em consequência desse desajustamento, salvo algumas unidades federadas, a maioria sacrifica obras e serviços, e até a situação de seus servidores, por deficiência de recursos financeiros. A própria União se ressentiu de orientação correta, talvez por ausência de pla-

nejamento adequado, a ponto de permanecer por quase quatro anos, como no atual governo, sem conceder qualquer melhoria a seus servidores. Pior de tudo é que essa desarticulação desfigura o sistema federativo, inclusive deixando estados e municípios, com frequência, na condição de dependentes de favores do governo federal. E daí resultam efeitos políticos, prejudiciais à autonomia das entidades componentes da Federação.

Em face dessas distorções institucionais, avultam os obstáculos para que se corrijam as desigualdades existentes. Não é fácil ao cidadão aceitar que o governo acumule reservas de milhões de reais e declare não ter receita suficiente para os serviços de saúde ou de repavimentação das rodovias. A demora na retomada do desenvolvimento econômico enfraquece e destrói empresas, agravando o desemprego. Os juros altos perturbam a economia geral. Se a lógica dos programas, porém, entra em conflito, por algum tempo, com as necessidades da vida, esgota-se a tolerância coletiva.

Diante das desigualdades subsistentes e das restrições econômicas estabelecidas e prolongadas, já é hora de acudir à angústia de tantos brasileiros. Se recursos apareceram, neste período eleitoral, para concessão de vantagens há muito devidas a servidores, outros meios não surgiram a fim de atender melhor aos serviços essenciais, que não sobrevêm um regime de planejamento justo, haja pelo menos forma de atenuar os sofrimentos mais graves dos de maior pobreza.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA
Data: 18.07.98
Seção: EM TEMPO

Página

11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

ONU aprova criação de corte penal permanente

Roma (AE-Reuter) - O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembléia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos co-

metidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Iêmen também apresentaram objeções ao documento. Já aliados tradicionais dos americanos saíram em defesa plena do acordo.

Com sede em Haia, na Holanda, o TPI faz renascer um sonho de mais de 50 anos quando criminosos de guerra nazistas foram julgados no Tribunal de Nuremberg. "Penso que este é um grande acontecimento histórico", disse Benjamin Ferencak, que foi promotor em Nuremberg e tem trabalhado desde então para a criação de um tribunal permanente.

O projeto foi elaborado cuidadosamente depois de semanas de duras negociações e objeções americanas.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo A GAZETA DA ZONA NORTE - SP
Data: 18.07.98
Seção: ...

Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Secretário-geral da ONU fez primeira visita ao Brasil

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan chegou ao Brasil no sábado, dia 11 de julho com o objetivo de discutir com o presidente Fernando Henrique Cardoso assuntos regionais e questões de importância global.

Antes de seu embarque para o Brasil, em Nova York, o secretário geral declarou que sua visita ao Brasil não estaria envolvida com a política interna do País e que estaria aberto a encontrar-se, inclusive, com líderes da oposição interessados em falar com ele. Sua visita esteve, assim, longe de significar um gesto de apoio pessoal ao presidente Fernando Henrique. Mesmo assim a participação do secretário na solenidade de assinatura dos tratados nucleares tem alcançado grande repercussão internacional.

A solenidade aconteceu na segunda-feira, durante a qual o presidente Fernando Henrique assinou a adesão ao Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Na ocasião, Fernando Henrique afirmou que o Brasil não quer a bomba atômica e que é melhor gastar os "escassos recursos" do governo na estabilidade econômica e no combate às desigualdades sociais do que em projetos armamentistas.

O presidente defendeu que as Nações Unidas liderassem um programa em favor da eliminação de todas as armas nucleares dentro de alguns anos.

Durante a solenidade de adesão ao tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Annan pediu que o governo resolvesse as desigualdades sociais citando as favelas do Rio de Janeiro e o



O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, elogiou a estabilidade da moeda no Brasil, mas lamentou as desigualdades sociais

problema dos meninos de rua.

Elogiando o País por ter alcançado a estabilidade econômica, o secretário-geral afirmou que a ONU será parceira do Brasil na luta pelo desenvolvimento e pela justiça social. "O Brasil deu um salto extraordinário desde que o Plano Real foi introduzido. Vocês atingiram a estabilidade e reduziram drasticamente sua taxa de inflação. Mas vocês também reconhecem que desigualdades dolorosas permanecem. São Paulo, que terei o prazer de visitar (o que aconteceu na terça-feira), seria a vigésima economia do mundo se fosse uma nação por si só. No entanto, as favelas que vi no Rio de Janeiro, há dois dias, poderiam estar perfeitamente em outro país. Os meninos de rua não sabem nada sobre os arranha-céus reluzentes, onde enormes fortunas são geradas todos os dias. E no Nordeste do Brasil existem situações semelhantes às das partes mais pobres da África", comparou Annan.

Kofi Annan elogia classe empresarial em São Paulo
Em sua visita a São Paulo (terça-feira), Kofi Annan fez uma palestra no Parlamento Latino Ameri-

cano dirigida aos empresários e líderes comunitários. Em sua palestra ele afirmou que um dos maiores desafios no limiar do novo milênio é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei.

No início de sua palestra, o secretário elogiou a primeira-dama, Ruth Cardoso, coordenadora do Comunidade Solidária. Segundo ele, Ruth Cardoso demonstrou compreender bem que uma sociedade civil forte promove a cidadania responsável. "Ela discorreu sobre o papel singular que o setor não-governamental, não-lucrativo, pode desempenhar como agente de mudança e como parceiro no desenvolvimento", afirmou. Durante sua palestra, o secretário também teve elogios à classe empresarial que produz empregos, riqueza e prosperidade. A palestra foi realizada na Associação das Nações Unidas-Brasil, no Parlatino. Logo após, o secretário seguiu para o Palácio dos Bandeirantes, onde almoçou com o governador em exercício, Geraldo Alckmin e as 15h30 embarcou para o Uruguai. Esta é a segunda visita de Kofi Annan à América Latina e além do Brasil, ele visita quatro países latinos.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo JORNAL DE BRASÍLIA - BRASÍLIA
Data: 18.07.98
Seção: EXTERIOR
Página 14

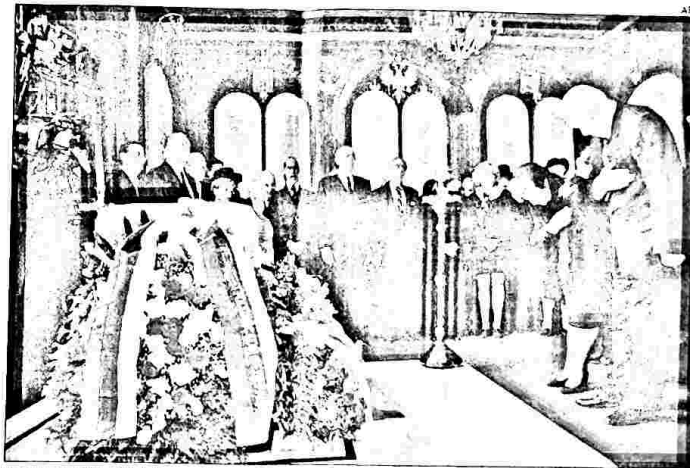
Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713



A era Romanov chega a seu fim

O funeral do último czar da Rússia na Catedral de São Pedro e São Paulo reuniu mais de 70 membros da família

O enterro de Nicolau II significa o fim de uma era considerada maldita pelo povo russo



O PRESIDENTE Yeltsin pediu perdão por crimes bárbaros cometidos pelos bolcheviques

Sonho sucessório divide os Romanov

Moscou - A família do último czar da Rússia, espalhada pela Europa e Estados Unidos, está dividida pela hipotética sucessão ao trono, com que ainda sonha uma parte dos Romanov.

A cisão dos Romanoff ficou mais uma vez evidenciada durante o enterro do czar Nicolau II e de sua família, realizado ontem em São Petersburgo.

Aproximadamente 60 dos descendentes dos Romanov, participaram na cerimônia. A grã-duquesa Leonida e seu neto Guiorg, pretendente ao trono, preferiram assistir a uma missa contrária, organizada pelo patriarca ortodoxo de todas as Rússias, Alexis II.

Assim como a Igreja ortodoxa,

estes parentes do grão-duque Vladimir, morto em 1992, cujo pai, Kirill, se autoproclamou herdeiro do trono da Rússia em 1924, se negaram a participar no enterro, pois alegam que persistem dúvidas sobre a autenticidade das ossadas.

O grão-duque Vladimir foi enterrado com grande pompa em 1992, na fortaleza Pedro e Paulo de São Petersburgo, junto com seus ancestrais. Graças à popularidade de seu avô, o grão-duque Guiorg, de 16 anos, é considerado pelos russos como o único herdeiro do trono.

Entretanto, este reconhecimento de fato está longe de ser uma garantia de legitimidade, segundo os historiadores. Estes últimos assinam as leis de sucessão instauradas por Paulo

I e não somente rejeitam as uniões morganáticas de Kirill (embora tenha sido o primo mais próximo de Nicolau II) e de seu filho Vladimir, mas também a descendência das mulheres no caso do jovem Guiorg, cujo pai é um Hohenzollern.

Todos os outros membros da Casa dos Romanov afirmaram que se tratava de um escândalo, mas já era tarde, porque a população russa, confundida por estas complicações genealógicas, havia adotado Leonida e Guiorg, que prestou juramento à sua pátria de origem no ano passado. Estes Romanov, muitos dos quais são descendentes do czar Nicolau I não têm nenhuma pretensão ao trono e respeitaram estritamente os termos da abdição do último czar

ONU cria nova corte penal internacional

Roma - O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembleia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos cometidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Irã também apresentaram objeções ao documento.

São Petersburgo - O ex-comunista Boris Yeltsin, que em tom de brincadeira costuma chamar-se de czar Boris, curvou-se ontem diante do caixão do último imperador da Rússia, Nicolau II, e pediu perdão pelo "monstruoso crime" cometido pelos bolcheviques há exatamente 80 anos. Em 17 de julho de 1918 os comunistas executaram o czar, sua família e quatro empregados em Yekaterinburgo, na Sibéria, mas somente ontem seus restos foram enterrados solenemente na Fortaleza de Pedro e Paulo, em São Petersburgo, a antiga capital imperial russa.

"Todos somos culpados", declarou Yeltsin. "Devemos terminar o século que foi uma era de violência e sangue na Rússia com arrependimento e paz, sem olhar as opiniões políticas, a etnia ou a religião."

Depois do serviço religioso na Catedral de São Pedro e São Paulo onde os czares russos eram enterrados desde a morte de Pedro, o Grande, em 172, o presidente curvou-se diante dos túmulos.

Junto a seu ataúde, em uma galeria especial preparada numa capela lateral ficaram os restos de sua mulher, Alexandra, e das filhas Anastasia, Tatiana e Olga. Os caixões contendo os corpos de três criados e do médico da

família foram colocados debaixo dos delas. Os corpos dos outros dois filhos do czar, Alexei e Marie, não foram encontrados. Estiveram presentes à cerimônia mais de 70 parentes dos Romanov que hoje vivem na Europa e Estados Unidos. Os restos da família Romanov foram exumados em 1991. Análises odontológicas e antropológicas e testes de DNA conduzidos por peritos russos, americanos e ingleses mostraram haver 99,99% de certeza de que os ossos são dos Romanov. Mas a Igreja Ortodoxa russa alega não estar convencida da autenticidade dos restos, por isso, o patriarca Alexis II recusou-se a officiar a missa na catedral de São Petersburgo e autorizou somente padres aspirantes a celebrar o culto. Alexis II celebrou uma missa em memória dos Romanov e de todas as vítimas dos regimes anti-religiosos no mosteiro de Serguiev Posad, a quilômetros de Moscou. Muitos russos encararam o funeral do czar como o fim de uma era "ruim", como se a execução do czar pairasse no ar como uma maldição. "Quando tivermos confessado nossos pecados e Deus nos perdoar a morte do czar, creio que a Rússia começará a prosperar", disse o violoncelista Mstislav Rostropovitch.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo JORNAL DE BRASÍLIA - BRASÍLIA
Data: 18.07.98
Seção: EXTERIOR Página 14

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

ONU cria nova corte penal internacional

Roma - O Comitê de Trabalhos da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto dos estatutos para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Os esforços americanos para minar o acordo foram derrubados por 113 votos contra 17, com a abstenção de 20 países. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da Assembléia Plenária da conferência, o que consiste, na verdade, numa mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo. Noventa dos 160 países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estavam do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência contra crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão.

O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos cometidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas, ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criou estranhas alianças. Junto com os EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Qatar e Iêmen também apresentaram objeções ao documento.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O GLOBO - RJ
Data: 18.07.98
Seção: O MUNDO Página 36

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

ONU aprova o Tribunal Criminal Internacional

Apesar da objeção dos EUA, a maioria dos países votou pela criação de corte para julgar genocídio e crimes de guerra

• ROMA. Após cinco semanas de debates, uma conferência da ONU aprovou por maioria esmagadora ontem um estatuto criando o Tribunal Criminal Internacional, que será encarregado de julgar genocídio, crimes de guerra, contra a Humanidade e de agressão. Foram 120 votos a favor e apenas sete contra, com 21 abstenções. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, interrompeu sua turnê pela América Latina e voou de Buenos Aires a Roma para a cerimônia de assinatura do documento, hoje.

A aprovação do estatuto foi conseguida depois que o plenário derrubou, por 113 votos a 17 (e

25 abstenções), uma tentativa dos Estados Unidos de assegurar que agentes e soldados americanos nunca poderiam ser julgados por crimes cometidos em serviço oficial.

— Esta é uma realização histórica — elogiou o americano Benjamin Ferencz, de 78 anos, que foi promotor-chefe nos julgamentos da cúpula nazista alemã em Nuremberg, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Ratificação pelos países deve levar no mínimo cinco anos

Ferencz foi a Roma para fazer lobby por um tribunal forte e independente. Apesar disso, os Es-

tados Unidos votaram contra a criação do tribunal.

O tribunal vai começar a funcionar em Haia, na Holanda, depois que pelo menos 60 países ratificarem o tratado que o criou. Segundo diplomatas, o processo deve durar no mínimo cinco anos.

De acordo com delegados presentes à conferência, a ampla derrota de Washington sinaliza o grau de insatisfação com as táticas americanas durante a maratona de negociações. Uma tentativa da Índia de incluir o uso de armas nucleares, químicas e biológicas na definição de crime de guerra e de privar o Conselho de

Segurança de qualquer papel no tribunal também foi derrotada.

EUA dizem que estatuto é forte no papel, mas fraco na prática

O delegado principal dos Estados Unidos, David Scheffer, criticou o estatuto, alegando que ele tem "um defeito fatal" que o tornaria forte no papel, mas fraco na prática. Ele argumentou que o tratado pune países que não aderiram, ao pôr seus cidadãos sob a jurisdição do tribunal, enquanto países que aprovaram o estatuto podem optar por ficar até sete anos sem se submeter. A Noruega, porém, propôs que nada se fizesse em relação à objeção ame-

ricana, com medo de que qualquer mudança pusesse o elaborado estatuto a perder.

A ONU já tem tribunais temporários estabelecidos para julgar os massacres na antiga Iugoslávia e em Ruanda, mas esta será a primeira corte permanente a lidar com uma série de crimes tão detalhadamente definidos.

O tribunal contará com 18 juízes e terá um promotor independente com poderes para iniciar os procedimentos por sua conta, sujeito apenas à aprovação de uma câmara de pré-julgamento ou a pedido de um país ou do Conselho de Segurança. Militantes de direitos huma-

nos, no entanto, advertiram contra as expectativas de que o tribunal poderia levar a julgamento ditadores como Pol Pot e Saddam Hussein, argumentando que os países tiveram bastante espaço para proteger seus cidadãos de prisão e processos.

Anistia Internacional faz crítica ao estatuto que criou tribunal

O secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, disse que, enquanto o tratado proporciona uma base para uma melhor proteção aos direitos humanos, o tribunal teria que pedir aos ditadores a sua permissão para serem julgados. ■



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo A TARDE - SALVADOR
Data: 19.07.98
Seção: LOCAL

Página 02



A propósito

“Os meninos de rua não sabem nada sobre arranha-céus reluzentes, onde enormes fortunas são multiplicadas todos os dias.”

Não, não é nenhuma frase da campanha de Lula. Foi dita pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em discurso no Itamaraty, durante a sua primeira visita ao Brasil, criticando a injustiça social no país.

Tá vendo no que dá!



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA

Data: 19.07.98

Seção: MUNDO

Página 07

ARTIGO

NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Amado Luiz Cervo

A diplomacia brasileira pensou durante trinta anos antes de aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Desarmamento, contenção da corrida atômica, nova ordem global dos anos noventa, os argumentos utilizados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso diante do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, durante a cerimônia de ratificação desse Tratado na segunda-feira, foram argumentos de impacto imediato sobre a opinião. Nossa diplomacia está convencida há décadas de que a bomba é uma opção nefasta e nem por isso aceitou o TNT.

O mundo mudou após a Guerra Fria, vivemos um tempo de interdependência e corresponsabilidade global? Certamente tem razão o presidente ao afirmá-lo. Contudo, é forçoso reconhecer que o fim da Guerra Fria não modificou a essência das relações internacionais, que continuam pondo em evidência seu caráter anárquico, a hierarquia das potências e o conflito de interesses entre as nações. Como no tempo da Guerra Fria, a construção e o exercício da potência permanecem preocupações estratégicas daquelas nações que julgam ter responsabilidade sobre os valores, as regras e as condutas que informam o sistema internacional. Bem sabe o presidente que essa ratificação é tardia por outros importantes motivos.

As razões pelas quais o Brasil ratifica o Tratado não se restringem ao caráter pacifista de sua diplomacia nem à consideração de que a bomba é obsoleta. Percepções realistas e objetivas para a decisão podem ser localizadas nos argumentos usados pela diplomacia brasileira diante da questão nuclear nas últimas décadas e na oportunidade de se tomar a decisão nesse fim de século.

Com efeito, quando as duas superpotências propuseram às outras, no fim dos anos sessenta, a assinatura do Tratado de Não-Proliferação, fizeram-no, no entender da inteligência diplomática do Brasil, com o claro objetivo de congelar o poder e, também, a desigualdade entre as nações. O Brasil tentou na fase de elaboração emendar o projeto dos supergrandes, mas não conseguiu. Desde então, por décadas, seus sucessivos governos recusaram-se a firmar o Tratado, primeiro porque ele não obrigava as po-

tências nucleares a algum compromisso de desarmamento e não lhes tolhia a liberdade de fazer testes nucleares, segundo, porque impunha às nações em desenvolvimento restrições à transferência e à pesquisa que conduzissem à apropriação da tecnologia nuclear mesmo para uso como fonte de energia e outros fins sócio-econômicos. O TNT congelava o poder, o saber e a riqueza, argumentavam nossos diplomatas.

Se algo mudou para explicar a nova atitude da diplomacia brasileira, o campo de observação interno e vizinho é mais relevante que o cenário internacional do fim do século. Com efeito, o Brasil dominou a tecnologia nuclear antes

de firmar o TNT, o que neutraliza o argumento tradicional da diplomacia, que via nele o obstáculo à realização desse objetivo justo e necessário. Por outro lado, Brasil e Argentina desarmaram sua tensão, concertando as posições diante da questão nuclear.

O temor que a atitude do Governo pode suscitar é outro. Não diz respeito apenas à questão nuclear, mas ao risco de se estar cedendo à construção da boa imagem do país e ao desejo das grandes potências do mundo de hoje em um campo que foi nas últimas décadas o campo de luta por excelência da diplomacia: o domínio de tecnologias

avanzadas em setores sensíveis, como o nuclear, o siderúrgico, o aeronáutico, o espacial, a química fina, a informática. Em nome de um mundo liberalizado e globalizado, não estariam abrindo, além do mercado, o setor produtivo, de forma a abdicar do desenvolvimento nacional em sua última etapa? Um país que não domina tecnologias avançadas e que não erga um núcleo econômico central robusto, será sempre um país atrasado, dependente e objeto da vontade e do comando dos outros. Quem aspira a ocupar uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas há de apresentar títulos convincentes, além de pacifismo e demonstrações de boa vontade. Não fosse assim, por que a ONU não faria uma opção por Costa Rica, Austrália, Luxemburgo, Finlândia ou outro país de tradição pacifista como o Brasil?

Um país que não domina tecnologias avançadas e que não erga um núcleo econômico central robusto, seja ele estatal ou privado, será sempre um país atrasado.

■ Amado Luiz Cervo é professor titular de História das Relações Internacionais da UnB e editor da Revista Brasileira de Política Internacional.



Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
 Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

■ POLÍTICA ■

Visita Discreta e Temas Importantes

ELIEZER RIZZO DE OLIVEIRA

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, visitou o Brasil nos últimos dias. Conheceu programas sociais e governamentais na Bahia, participou da cerimônia de adesão do Brasil ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em Brasília e, em São Paulo, foi a figura de destaque do lançamento de associação empresarial destinada a apoiar ações da ONU.

Apesar desta agenda plena de significado para as pretensões brasileiras a um papel ampliado no plano mundial, a visita de Kofi Annan teve uma repercussão discreta nos meios de comunicação. Seus discursos, assim como os pronunciados por FHC, foram citados de passagem em matérias cuja preocupação principal era a eventual participação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, pretensão que conflitaria com idêntica aspiração argentina.

No entanto, a temática que motivou esta visita é muito importante. No plano interno da ONU, o secretário-geral vive momentos de afirmação de sua liderança, em decorrência do seu papel negociador na recente crise entre Estados Unidos/Conselho de Segurança e Iraque a propósito da inspeção internacional dos arsenais iraquianos. A "missão Annan" em Bagdá, que evitou novo ataque massivo contra o Iraque, deu novo fôlego à ONU como negociadora de conflitos.

De outro lado, a ONU está ultimando uma reforma, sem prazo para votação pela Assembleia Geral, da qual a composição do Conselho de Segurança será um dos pontos centrais. Se não existe consenso sobre quantos deverão ser os novos assentos permanentes, nem se todos os países nesta condição terão direito de veto, também não está definido quais países estarão habilitados a postular tal posição de poder e reconhecimento.

Kofi Annan empresta seu prestígio e autoridade como uma espécie de padrinho diplomático da adesão do Brasil ao TNP e CTBT. Mas sua atitude não representa compromisso com a postulação brasileira de um posto permanente no Conselho de Segurança. A demanda relativa à ONU e a adesão aos dois tratados tem momentos diferentes. A primeira vem sendo acalentada no Hamaraty há muitos anos, ao passo



das Relações Exteriores do governo Itamar Franco que FHC assumiu a demanda sobre o Conselho de Segurança da ONU, mas a adesão aos acordos de restrições nucleares decorre — a exemplo da Política de Defesa Nacional e da Lei dos Desaparecidos — da sua liderança enquanto presidente da República.

No discurso que pronunciou na cerimônia de ratificação daqueles tratados, dia 13 em Brasília, FHC defendeu a ampliação do perfil diplomático brasileiro, como tem feito em pronunciamentos recorrentes: "O Brasil, ao tornar-se parte desses dois tratados, passa a estar associado a todos os instrumentos internacionais na área da não-proliferação de armas nucleares, consolidando assim uma série de medidas internas e externas, inclusive em parceria com a nossa vizinha Argentina, que nos conferem todas as credenciais possíveis na área da não-proliferação".

A seguir, propôs a abolição completa dos armamentos nucleares: "Não queremos a bomba atômica. Ela só seria causa para tensão e desconfianças em nossa região. (...) Por isso abrimos mão dessa opção nefasta. (...) O Brasil não poupará esforços para que, num futuro mais breve do que imaginamos, tenhamos um mundo livre de armas nucleares. (...) A comunidade interna-

cional não pode mais conviver com essas armas. Chegou o momento de definirmos um programa de eliminação de todas as armas nucleares, dentro de um prazo definido. Congratulo-me com aquelas potências nucleares que têm reduzido seus arsenais. Mas os povos do mundo precisam de uma clara indicação de que as gerações vindouras vive-

rão livres do espectro da arma nuclear" (www.mre.org.br).

Sob a óptica de poder das grandes potências, a eliminação de todas as armas nucleares é proposta retórica e idealista, facilitada pelo fato do Brasil não dispor de tais armas. Assim parecerá também a perspectiva de um país não-nuclear assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, instância na qual o poder de veto funda-se essencialmente sobre o poder estratégico e militar.

No entanto, vale a pena examinar os fundamentos da postulação brasileira que, como disse, vem de alguns anos para hoje. Nos primeiros meses do seu governo, FHC disse aos formandos do Instituto Rio Branco que era preciso ampliar o espaço de participação brasileira no processo decisório internacional, especialmente no que se refere à necessária mudança na composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deve refletir as características do mundo pós-Guerra Fria. Sabemos que um CS com maior número de membros permanentes terá maior legitimidade e, portanto, mais eficácia. O Brasil estará pronto a assumir maiores responsabilidades nas ações do CS das Nações Unidas, caso venha a ocupar um assento permanente na estrutura ampliada do órgão".

A propósito, o Instituto Rio Branco e a Fundação Alexandre Gusmão publicaram recentemente o livro *Ordem, Hegemonia e Transgressão*, do diplomata George Lamazière. No capítulo "A diplomacia brasileira e o papel renovado do Conselho", o autor examina os postulados que orientam a perspectiva de um perfil diplomático ampliado, a presença nos principais circuitos de nego-

ciação possibilita a diplomacia repletir e agir perante situações novas. Presença significa acesso a informações e estas significam poder (b) a presença implica o aumento da capacidade de interlocução com países dotados de níveis diferentes de poder; (c) implica ainda a participação na definição das principais agendas mundiais.

No caso específico do Conselho de Segurança, este órgão estaria transitando numa fronteira tênue entre a legitimação que empresta ao poder das potências (em particular dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria) e o caráter legitimador que atribui às regras de convivência entre os Estados. Em decorrência, o Brasil deveria participar do Conselho de Segurança levando em conta a advertência de Lamazière: "Para um país como o Brasil (...) o aspecto mais preocupante do novo Conselho de Segurança seria sua crescente tendência a legislar e intervir em temas globais como não-proliferação, meio ambiente e direitos humanos, entre outros". Mesmo que suas resoluções se referiam a situações específicas e "não constituam normas aplicáveis a terceiros (...), elas podem inovar, estabelecer precedentes, determinar agendas e, por fim, criar um clima político-ideológico que favoreça certas interpretações da realidade e não-outras".

Dai por que a diplomacia brasileira volta-se para um assento permanente no Conselho de Segurança, desde que, lembra Lamazière, seja obtido com legitimidade fundada "em nossa representatividade em termos globais, e não de representação regional".

Eliezer Rizzo de Oliveira é cientista político e coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

A ONU está ultimando uma reforma, da qual a composição do Conselho de Segurança será um dos pontos centrais

Sob a óptica de poder das grandes potências, a eliminação de todas as armas nucleares é proposta retórica e idealista



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo O TEMPO - BH

Data: 19.07.98

Seção: OPINIÃO

Página 07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

"O Newton vai para uma parte, eu vou para outra."

Ex-presidente Itamar Franco, candidato do PMDB ao governo do Estado, explicando porque o ex-governador Newton Cardoso, candidato a vice na sua chapa, não foi ao lançamento oficial da campanha eleitoral, em Ouro Preto, ontem em O TEMPO.

"Isso colide com a política do governo de tornar os serviços telefônicos cada vez mais acessíveis a um maior número de brasileiros."

Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), criticando a cobrança retroativa do ICMS sobre os serviços de telecomunicações, sexta-feira na "Folha de S.Paulo".

"O que se espera é que os três grandes bancos privados continuem sendo controlados pelo capital nacional."

Diretor do Banco do Brasil Hugo Dantas, também vice-presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), fazendo coro às críticas que o Itaú, Bradesco e Unibanco estão fazendo à venda parcial do Real ao banco holandês ABN-Amro, quinta-feira na "Gazeta Mercantil".

"A França sentia a necessidade de reencontrar sua alma."

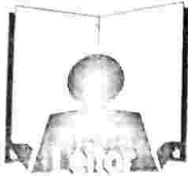
Presidente francês Jacques Chirac, na mensagem à população que marca a data nacional da França, 14 de julho, explicando as extraordinárias cenas de alegria popular por causa da conquista da Copa do Mundo, quarta-feira na "Folha de S.Paulo".

"As favelas que vi no Rio de Janeiro poderiam perfeitamente estar em outro país."

Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, durante aula magna que deu no Itamaraty, tendo ao lado o presidente Fernando Henrique Cardoso, terça-feira na "Folha de S.Paulo".

"Em cada farmácia tem que ter um farmacêutico."

Ministro José Serra, da Saúde, na cerimônia de entrega de diplomas a 1.460 pessoas que fizeram cursos de qualificação profissional em São Paulo, segunda-feira no "Jornal do Brasil".



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo ZERO HORA - PORTO ALEGRE
Data: 16.07.98
Seção: GERAL

Página 63

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

O Fórum das Américas e a Associação das Nações Unidas-Brasil,
organizações não-governamentais, homenageiam o
Excelentíssimo Senhor

Kofi Annan,

Secretário-Geral das Nações Unidas,
pelas mensagens de sua palestra, dia 14 de julho, no Parlatino
(Parlamento Latino-Americano), em São Paulo.

"A tecnologia da informação conferiu à sociedade civil mais poder para se tornar a verdadeira guardiã da democracia e da governabilidade em toda parte. Os opressores não podem mais se esconder nos limites de suas fronteiras. (...) De certo modo, a sociedade civil tornou-se a nova superpotência - pessoas determinadas a promover melhores padrões de vida numa liberdade mais ampla."

"Nós reconhecemos plenamente que empreendimentos empresariais são o principal criador de riqueza, empregos e prosperidade, sem o qual o desenvolvimento não pode ocorrer, nem a paz pode ser sustentada."

"Um dos maiores desafios que nós enfrentamos hoje é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei. (...) Nossa escolha hoje é entre consistência regulatória e caos e entre estender os benefícios da globalização e reservá-los para somente poucos. As Nações Unidas têm um interesse veemente em assegurar que os mercados permaneçam abertos e que o engajamento global prevaleça sobre uma orientação intimista."

Trechos da palestra de **Kofi Annan** sobre "A ONU e a sociedade no limiar de um novo milênio".

Na oportunidade, foi instalada a

Associação das Nações Unidas-Brasil,
integrante da **WFUNA**, sigla, em inglês, da Federação Mundial
das Associações das Nações Unidas, com sede em Genebra, na Suíça.

CONSELHEIROS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

André Franco Montoro, Abram Szajman, Alexandre Grendene Bartelle, Antonio Carlos Arruda da Silva, Amadeu da Costa Ribeiro, Amadeu Augusto Papa, Benito Gama, Carlos Roberto Gonçalves, Célio Borja, Celso Roberto Pitta do Nascimento, Cláudio Lembo, Domingo Alzugaray, Elvino Aliprandi, Emerson Fittipaldi, Enrique Ricardo Lewandowski, Flávio Correa, Flávio Fava de Moraes, Floriano Corrêa Vaz da Silva, Geraldo Lesbat Cavagnari, Henry Sobel, Heráclito Fortes, Ilmar Nascimento Galvão, Ivo Pitanguy, Inocêncio de Oliveira, Jabes Guedes Alencar, Jaime Sirotsky, José Aparecido de Oliveira, José Francisco Rezek, Jorge da Cunha Lima, Jorge Wilhelm, Joubert de Oliveira Brízida, Lair Alberto Soares Krahenbuhl, Luciano Coutinho Galvão, Luiz Antonio Medeiros, Luiz Fernando Ferreira Levy, Luiz Roberto Sábato, Márcio Bonilha, Mario Garnero, Mário César Flores, Mário Gibson Alves Barboza, Maurílio Ferreira Lima, Michel Temer, Nelson Jobim, Paulo Bornhausen, Paulo Cabral de Araújo, Paulo Fernandes Lucania, Paulo Pereira da Silva, Pedro Eberhardt, Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro, Romeu Tuma, Sérgio Correia Afonso da Costa, Sylvino de Godoy Neto, Walduck Wanderley.

CONSELHO DE JOVENS:

Afrânio Afonso Ferreira Neto, Álvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero, Amadeu Papa Júnior, André Etienne Romeu Ribeiro, Bayard Lucas de Lima, Daniel Klabin Wurzman, Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero, Fernando Correia Filho, João Augusto Cabral de Araújo, João Dória Júnior, Licínio de Oliveira Machado, Luiz Felipe Carchedi, Marcelo Masini, Marcelo Mariz de Oliveira Yunes, Marco Antonio Gonçalves, Renato Ochman, Ricardo de Abreu Lewandowski, Carlos Johannpeter.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

Presidente, Mario Garnero; Vice-Presidente, Fernando Eugênio Menezes; Vice-Presidente de Comunicação, Jamil Mattar de Oliveira; Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos, Bento de Barros Ribeiro; Vice-Presidente de Assuntos Acadêmicos, Carlos Vogt; Vice-Presidente de Assuntos Internacionais, Luiz Cezar de Macedo Soares; Secretário-Geral, Luiz Aguiar; Tesoureiro, Samsão Woiler.

Adesões: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 18º andar, CEP 01480-900, São Paulo - SP
Telefone (011) 870-2534



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP
Data: 16.07.98
Seção: POLÍTICA Página 02

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Secretário-geral da ONU defende economia aberta e baseada na lei

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, disse ontem, em São Paulo, que um dos maiores desafios no limiar do novo milênio é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei. Na sua palestra na instalação da Associação das Nações Unidas-Brasil, em parceria com o Fórum das Américas, no Parlatino, Annan disse a empresários, políticos e integrantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que "os mercados são globais enquanto os governos permanecem locais". No seu discurso, o secretário-geral afirmou que as economias nacionais estão se tornando mais e mais interdependentes. "Nossa escolha ontem é entre consistência regulatória e caos e entre estender os benefícios da globalização e reservá-los para somente poucos."

Segundo ele, as Nações Unidas têm um interesse veemente em assegurar que os mercados permaneçam abertos e o engajamento global prevaleça sobre a orientação intimista.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DE S.PAULO - SP
Data: 16.07.98
Seção: PERSONA/CESAR GOLBBI
Página D7

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713



Para poucos

Foi muito simpático o almoço que o governador em exercício, Geraldo Alkmin, ofereceu no Palácio dos Bandeirantes, terça-feira, para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan e sua mulher, a artista plástica sueca Nane Annan.

Só 50 convidados, bem variados. Secretários de Estado, alguns tucanos, como André Franco Montoro, com dois filhos, Lulu Librandi, representantes do mundo empresarial, como Mário Garnero, Luiz Fernando Furlan, Roberto Teixeira da Costa e Roberto Caiuby Vidigal, e gente de arte e cultura, como Radha Abramo.

Alguns diplomatas, como a embaixatriz Ana Maria Amorim, os embaixadores Mário Gibson Barbosa e Renato Prado Guimarães, que vai dirigir o recém-criado escritório do Itamaraty em São Paulo.

Mais Jorge Wilhelm, que foi secretário-geral do Hábitat, e o rabino Henry Sobel.

Para eles, Brasília Arruda Botelho, chefe do cerimonial, preparou salada com camarões e palmitos, pato com especiarias brasileiras e uma bonita mesa de doces brasileiros.

Com a colaboração de
Karla Sarquis e Isabela Vargas

E-mail: persona@estado.com.br



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente: ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo: JORNAL DO COMMERIO - RJ
Data: 16.07.98
Seção: OPINIÃO

Página A16

Opinião

Desafio da globalização

AO ALERTAR, como o fez no Parlamento Latino-americano (Parlatino), em São Paulo, durante ato de criação da Associação das Nações Unidas-Brasil, que um dos maiores desafios do mundo de hoje é precisamente estender os benefícios da globalização a todos, ao invés de reservá-los apenas a alguns, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse que "nem todos os efeitos do processo são positivos, nem todos os atores não-estatais são bons".

RESSALTANDO que "as economias nacionais estão se tornando mais interdependentes" e que "a escolha do mundo atual é entre a consciência reguladora e o caos", não deixou de reconhecer também, na oportunidade, que "o setor empresarial é o principal criador de riqueza e empregos e sem ele o desenvolvimento não pode ocorrer nem a paz pode ser sustentada".

A ENTIDADE a cuja criação compareceu congrega, por sinal, empresários brasileiros, e em seu discurso o secretário-geral lembrou ainda que a ONU tem buscado abrir espaço diplomático para a sociedade civil, o setor privado e empresarial, por exemplo, e as próprias organizações não-governamentais - o que representa grande mudança, de vez que há alguns anos a diplomacia estava restrita aos atores estatais, aos governos. A seu ver, a rede mundial de computadores e seu uso pela sociedade civil torna-se a esta altura poderosa arma na defesa dos direitos civis e da melhoria dos padrões de vida: "A informática converteu a sociedade civil em guardiã da democracia".

NO CONTEXTO das transformações, a assumirem, como assumem, ritmo cada vez mais intenso, atente-se para o fato de que além e ao lado das metas de estabilização monetária despontam, no âmbito das denominadas economias emergentes, desafios sociais que se refletem, sobretudo, no compromisso de buscar corrigir disfunções no processo de distribuição de renda.

ESTE O TEMA, aliás, do seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico, promovido pelo Ministério da Reforma Agrária no Palácio do Itamarati, em Brasília, e no qual o vice-presidente do Banco Mundial (Bird), Joseph Stiglitz, disse acreditar que a estratégia brasileira de desestimular a entrada de capital de curto prazo (como cobrança de IOF sobre aplicações estrangeiras e regras mais rígidas para captação de recursos no exterior) é a principal defesa contra uma crise como a que se abateu sobre o Leste Asiático no fim do ano passado. "A crise na Ásia - afirmou - foi causada pela superexposição a capitais de curto prazo. A saída repentina de R\$ 100 bilhões causou um choque difícil de ser suportado por qualquer economia".

TAL LIÇÃO não pode, por isso mesmo, ser esquecida, cumprindo aperfeiçoar, o quanto possível, mecanismos que nos deixem menos vulneráveis aos chamados capitais voláteis, privilegiando os que venham para ficar, gerem riquezas e criem, de fato, oportunidades de trabalho. Esta a opção condizente com o empenho em reduzir riscos e assegurar continuidade ao desenvolvimento.



RECORTES

11

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo DIÁRIO CATARINENSE - FLORIANÓPOLIS
Data: 16.07.98
Seção: VISOR

Página 03

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

FRASES



"Os mercados são globais, enquanto os governos permanecem locais. Nossa escolha hoje é entre consistência regulatória e caos, entre estender os benefícios da globalização e reservá-los para uns poucos."

KOFFI ANNAN, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em discurso que fez em São Paulo, terça-feira



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo CORREIO POPULAR - CAMPINAS
Data: 16.07.98
Seção: ELEIÇÕES 98

Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

O Fórum das Américas e a Associação das Nações Unidas-Brasil, organizações não-governamentais, homenageiam o Excelentíssimo Senhor,
Kofi Annan,
Secretário-Geral das Nações Unidas,
pelas mensagens de sua palestra, dia 14 de julho, no Parlatino (Parlamento Latino-Americano), em São Paulo.

"A tecnologia da informação conferiu à sociedade civil mais poder para se tornar a verdadeira guardiã da democracia e da governabilidade em toda parte. Os opressores não podem mais se esconder nos limites de suas fronteiras. (...) De certo modo, a sociedade civil tornou-se a nova superpotência - pessoas determinadas a promover melhores padrões de vida numa liberdade mais ampla".

"Nós reconhecemos plenamente que empreendimentos empresariais são o principal criador de riqueza, empregos e prosperidade, sem o qual o desenvolvimento não pode ocorrer, nem a paz pode ser sustentada".

"Um dos maiores desafios que nós enfrentamos hoje é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei. (...) Nossa escolha hoje é entre consistência regulatória e caos e entre estender os benefícios da globalização e reservá-los para somente poucos. As Nações Unidas têm um interesse veemente em assegurar que os mercados permaneçam abertos e que o engajamento global prevaleça sobre uma orientação intimista".

Trechos da palestra de Kofi Annan sobre "A ONU e a sociedade no limiar de um novo milênio".

Na oportunidade, foi instalada a

Associação das Nações Unidas-Brasil,

integrante da **WFUNA**, sigla, em inglês, da Federação Mundial

das Associações das Nações Unidas, com sede em Genebra, na Suíça.

CONSELHEIROS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

André Franco Montoro, Abram Szajman, Alexandre Grendene Bartelle, Antonio Carlos Arruda da Silva, Amadeu da Costa Ribeiro, Amedeu Augusto Papa, Benito Gama, Carlos Roberto Gonçalves, Célio Borja, Celso Roberto Pitta do Nascimento, Cláudio Lembo, Domingo Alzugaray, Elvio Aliprandi, Emerson Fittipaldi, Enrique Ricardo Lewandowski, Flávio Correa, Flávio Fava de Moraes, Floriano Corrêa Vaz da Silva, Geraldo Lesbat Cavagnari, Henry Sobel, Heráclito Fortes, Ilmar Nascimento Galvão, Ivo Pitanguy, Inocêncio de Oliveira, Jabes Guedes Alencar, Jaime Sirotsky, José Aparecido de Oliveira, José Francisco Rezek, Jorge da Cunha Lima, Jorge Wilhelm, Joubert de Oliveira Brizida, Lair Alberto Soares Krahenbuhl, Luciano Coutinho Galvão, Luiz Antonio Medeiros, Luiz Fernando Ferreira Levy, Luiz Roberto Sabbato, Márcio Bonilha, Mario Garnero, Mário César Flores, Mário Gibson Alves Barboza, Maurílio Ferreira Lima, Michel Temer, Nelson Jobim, Paulo Bornhausen, Paulo Cabral de Araújo, Paulo Fernandes Lucania, Paulo Pereira da Silva, Pedro Eberhardt, Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro, Romeu Tuma, Sérgio Correia Afonso da Costa, Sylvino de Godoy Neto, Walduck Wanderley.

CONSELHOS DE JOVENS:

Afrânio Affonso Ferreira Neto, Álvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero, Amedeo Papa Júnior, André Etienne Romeu Ribeiro, Bayard Lucas de Lima, Daniel Klabin Wurzmann, Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero, Fernando Correia Filho, João Augusto Cabral de Araújo, João Dória Júnior, Licínio de Oliveira Machado, Luiz Felipe Carchedi, Marcelo Masini, Marcelo Mariz de Oliveira Yunes, Marco Antonio Gonçalves, Renato Ochman, Ricardo de Abreu Lewandowski, Carlos Johannpeter.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

Presidente, Mario Garnero; Vice-Presidente, Fernando Eugênio Menezes; Vice-Presidente de Comunicação, Jamil Mattar de Oliveira; Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos, Bento de Barros Ribeiro, Vice-Presidente de Assuntos Acadêmicos, Carlos Vogt; Vice-Presidente de Assuntos Internacionais, Luiz Cezar de Macedo Soares; Secretário-Geral, Luiz Aguiar; Tesoureiro, Samsão Woiler.

Adesões: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 18º andar, CEP 01480-900, São Paulo, SP.

Telefone (011) 870-2534.

O Fórum das Américas e a Associação das Nações Unidas-Brasil, organizações não-governamentais, homenageiam o
Excelentíssimo Senhor,

Kofi Annan,
Secretário-Geral das Nações Unidas,
pela mensagem de sua palestra, dia 14 de julho, no Parlatino
(Parlamento Latino-Americano), em São Paulo.

"A tecnologia da informação conferiu à sociedade civil mais poder para se tornar a verdadeira guardiã da democracia e da governabilidade em toda parte. Os opressores não podem mais se esconder nos limites de suas fronteiras. (...) De certo modo, a sociedade civil tornou-se a nova superpotência - pessoas determinadas a promover melhores padrões de vida numa liberdade mais ampla".

"Nós reconhecemos plenamente que empreendimentos empresariais são o principal criador de riqueza, empregos e prosperidade, sem o qual o desenvolvimento não pode ocorrer, nem a paz pode ser sustentada".

"Um dos maiores desafios que nós enfrentamos hoje é assegurar uma economia internacional aberta e baseada na lei. (...) Nossa escolha hoje é entre consistência regulatória e caos e entre estender os benefícios da globalização e reservá-los para somente poucos. As Nações Unidas têm um interesse veemente em assegurar que os mercados permaneçam abertos e que o engajamento global prevaleça sobre uma orientação intimista".

Trechos da palestra de Kofi Annan sobre "A ONU e a sociedade no limiar de um novo milênio"

Na oportunidade, foi instalada a

Associação das Nações Unidas-Brasil,

integrante da **WFUNA**, sigla, em inglês, da Federação Mundial

das Associações das Nações Unidas, com sede em Genebra, na Suíça.

CONSELHEIROS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

André Franco Montoro, Abram Szajman, Alexandre Grendene Bartelle, Antonio Carlos Arruda da Silva, Amadeu da Costa Ribeiro, Amedeu Augusto Papa, Benito Gama, Carlos Roberto Gonçalves, Célio Borja, Celso Roberto Pitta do Nascimento, Cláudio Lembo, Domingo Alzugaray, Elvino Aliprandi, Emerson Fittipaldi, Enrique Ricardo Lewandowski, Flávio Correa, Flávio Fava de Moraes, Floriano Corrêa Vaz da Silva, Geraldo Lesbat Cavagnari, Henry Sobel, Heráclito Fortes, Ilma Nascimento Galvão, Ivo Pitanguy, Inocêncio de Oliveira, Jabes Guedes Alencar, Jaime Sirotsky, José Aparecido de Oliveira, José Francisco Rezek, Jorge da Cunha Lima, Jorge Wilhelm, Joubert de Oliveira Brizida, Lair Alberto Soares Krahenbuhl, Luciano Coutinho Galvão, Luiz Antonio Medeiros, Luiz Fernando Ferreira Levy, Luiz Roberto Sabbato, Márcio Bonilha, Mario Garnero, Mário César Flores, Mário Gibson Alves Barboza, Maurílio Ferreira Lima, Michel Temer, Nelson Jobim, Paulo Bornhausen, Paulo Cabral de Araújo, Paulo Fernandes Lucania, Paulo Pereira da Silva, Pedro Eberhardt, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Romeu Tuma, Sérgio Correia Afonso da Costa, Sylvino de Godoy Neto, Walduck Wanderley.

CONSELHO DE JOVENS:

Afrânio Affonso Ferreira Neto, Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero, Amedeo Papa Júnior, André Etienne Romeu Ribeiro, Bayard Lucas de Lima, Daniel Klabin Wurzmahn, Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero, Fernando Correia Filho, João Augusto Cabral de Araújo, João Dória Júnior, Licínio de Oliveira Machado, Luiz Felipe Carchedi, Marcelo Masini, Marcelo Mariz de Oliveira Yunes, Marco Antonio Gonçalves, Renato Ochman, Ricardo de Abreu Lewandowski, Carlos Johannpeter.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL:

Presidente, Mario Garnero; Vice-Presidente, Fernando Eugênio Menezes; Vice-Presidente de Comunicação, Jamil Mattar de Oliveira; Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos, Bento de Barros Ribeiro; Vice-Presidente de Assuntos Acadêmicos, Carlos Vogt; Vice-Presidente de Assuntos Internacionais, Luiz Cezar de Maccdo Soares; Secretário-Geral, Luiz Aguiar; Tesoureiro, Samsão Woiler.

Adesões: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 18º andar, CEP 01480-900, São Paulo, SP.
Telefone (011) 870-2534.

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD
PROJETO BRA/97/001
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 98/370
(Contratação de Serviços)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Unidade de Administração de Projetos - UAP/ABC, para atender à solicitação do Projeto de Cooperação Técnica BRA/97/001 - "Modernização da Administração Fiscal do Estado de São Paulo", firmado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo SEFAZ/SP, o PNUD e o Governo brasileiro, tornam público, para conhecimento dos interessados, que sejam nacionais dos países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e da Organização das Nações Unidas - ONU, que realizarão no próximo dia 21 de agosto de 1998, às 9:00 horas (horário de Brasília), no Anexo I do Ministério das Relações Exteriores - UAP/ABC, 9º andar, Brasília - DF, CEP: 70.170-900, em sessão pública, a reunião de recebimento e abertura das propostas da CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 98/370, destinada à contratação de obras, serviços, fornecimento de componentes, cabeamento estruturado de dados e prestação de serviços de instalação dos mesmos, instalação de rede elétrica estabilizada nas Delegacias Regionais Tributárias da Secretaria dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo, situadas no Interior deste Estado, a serem utilizados pelo Projeto BRA/97/001, conforme especificado naquele Edital de Concorrência e mediante condições estabelecidas nos Procedimentos para Licitações do BID e do PNUD.

As Empresas interessadas poderão retirar o Edital até o dia 27 de julho de 1998, na UAP/ABC, situada no Anexo I do Ministério das Relações Exteriores, 9º andar, CEP: 70.170-900, Brasília - DF, das 9:00 hs às 12:00 hs e das 15:00 hs às 18:00 hs, mediante pagamento em cheque nominal à UAP/ABC da importância de R\$ 200,00 (Duzentos Reais). Não serão aceitas propostas de empresas que não tenham retirado o Edital, exceto no caso de Consórcio, em que uma das empresas que tenha adquirido o Edital seja parte integrante do Ato de Constituição do Consórcio, devidamente registrado em Cartório, a ser apresentado no ato de recebimento das propostas.

Brasília, 9 de julho de 1998.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA
Data: 16.07.98
Seção: OPINIO Página 04

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Teles.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cultura de paz

Não raro alguma personalidade estrangeira diz algumas verdades a respeito do Brasil e protestamos contra o que fingimos considerar ingenuidade em nossos assuntos internos. Portamo-nos como avestruz, enfiando a cabeça no chão para fingir que inexistem o que não vemos.

Desta vez não há lugar para defesas hipócritas, pois quem aqui veio e disse publicamente algumas verdades, foi o diplomata Kofi Annan, secretário-geral da ONU, que por seu cargo e no exercício dele, não pode ser considerado um estrangeiro intrometido. Afinal de contas, ocupa o mais alto posto numa organização mundial da qual o Brasil é país membro.

Annan, pronunciando palestra no Ministério das Relações Exteriores sobre a "cultura" da paz, presente o presidente Fernando Henrique Cardoso, na verdade não estabeleceu nenhum choque com o discurso do chefe da Nação brasileira. Mas cobrou soluções para os nossos problemas sociais, campo em que

somos no mínimo tetracampeões mundiais.

O diplomata ressaltou o Plano Real como uma vitória, pois deu estabilidade à nossa moeda. Não desprezou a importância do nosso desenvolvimento econômico. Referiu-se a

"O que disse o secretário da ONU não contradiz o discurso de FHC."

São Paulo como uma das regiões mais desenvolvidas do mundo. Mas lembrou entristecido, e esperamos que diante de uma platéia brasileira envergonhada, que nas nossas grandes cidades multiplicam-se favelas e há crianças de rua, para quem "os arranhacéus reluzentes, onde enormes fortunas são geradas todos os dias", nada significam.

Kofi vinculou a paz mundial ao crescimento econômico e à correção das injustiças sociais. Fernando Henrique seguiu na mesma linha. Assim, ambos deram as linhas mestras da "cultura de paz", tema da palestra do secretário-geral da ONU.

Essa cultura de paz nos impele a tratar das desigualdades sociais, acredita o

ilustre visitante. Delas trataremos, promete o presidente Fernando Henrique.

Quando, quanto e como? Estas as indagações. A cultura de paz que nos atribuem, talvez aquela mesma que refreia o povo sofrido e o afasta da reivindicação violenta, não pode ser inspiradora da inação, da falta de decisão e coragem política dos nossos governantes. E quando falamos em governantes, queremos dizer chefes de executivos, legisladores, magistrados, dirigentes de entidades públicas e privadas, enfim, nossas elites. Os males sociais da Nação brasileira, que o diplomata Kofi Annan denuncia e insta para que resolvamos, precisam de soluções heróicas, urgentes, radicais sem violência, que signifiquem uma revolução sem armas, mas com coragem e determinação.

A intervenção do secretário-geral da ONU, pelo peso de seu cargo e densidade de sua personalidade de homem público, deve servir de estímulo para que façamos o que estamos sempre prometendo e nunca cumprindo. Construir uma sociedade justa.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo CONCRETO BRASILENSE - BRASÍLIA
Data: 16.07.98
Seção: GIJBERTO AMARAL Página 07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

UM POUCO DE MUITA GENTE

■ Os que tiveram a oportunidade de ouvir o discurso do presidente **Fernando Henrique Cardoso** quando, juntamente com o secretário-geral da ONU, **Kofi Annan**, falou para os alunos do Instituto Rio Branco e convidados, ficaram impressionados com o teor que consideraram uma verdadeira aula magna.

■ O cientista **Lauro Morhy**, reitor da Universidade de Brasília, acompanhado de 20 professores e mais de 200 estudantes participa, em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da 50ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que está comemorando seu cinquentenário de existência.

■ Quem está nervoso é o embaixador **Rui Nogueira**, cônsul do Brasil em Londres. Sua impaciência, aliada ao nervosismo, não se sabe se é porque quer uma embaixada ou porque não quer deixar o Reino Unido. "Lexotan" para o Rui, pa-



ra pelo menos dar melhor atenção aos brasileiros.

■ Muito me honrou a comunicação que recebi da presidente da Almub — Academia de Letras e Música do Brasil, **Palmerinda Donato**, da minha eleição a fim de ocupar a Cadeira número 68, cujo patrono é **Gonçalves Dias**. Deixa passar um tempo para marcarmos a data da posse com todas as pompas e circunstâncias.

■ Comemorando 40 anos de atividades artísticas, **Pietrina Checcacci** estará inaugurando durante o mês de agosto exposições em quatro cidades brasileiras inclusive Brasília.

■ Em comemoração ao 30º aniversário da gloriosa Revolução de 17-30 de julho, o embaixador do Iraque **Qais Al-Mukhtar** oferece recepção, às 12h30, na residência oficial.

■ No Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, às 18h30, palestra

com o psicólogo **José Augusto de Alencar Moreira**, abordando o envolvimento dos jovens com drogas e os aspectos do relacionamento familiar que podem favorecer este envolvimento.

■ Quem assopra as velinhas hoje é **Emmy Chio Ming Netto** (foto) e **Carin Nabut**. O meu abraço.

■ Já estão sendo distribuídos os convites para a grande recepção que o embaixador da Suíça e senhora **Oscar Knapp** oferecem no dia 31, às 19h30, por ocasião do 70º Aniversário da Confederação Helvética, o nome oficial da Suíça.

■ Com um coquetel no próximo dia 6 de agosto, em sua casa, **Angela e John Dwyer** despedem-se de Brasília, tomando o rumo da capital americana, onde Dwyer assume o posto de vice-diretor do Escritório de Divulgação e Informação do USIA-Agência de Divulgação e Relações Culturais.

■ A partir de hoje, das 9 às 21h, pode ser visitada, na Galeria de Exposições da Caixa Econômica, a magnífica exposição de **Cláudio Souza**, "Máscaras do Cotidiano".

■ Os pés-de-valsa da Corte e os amantes da boa música não têm do que reclamar. Toda segunda-feira, no Gaf, uma noite especial ao ritmo de tangos e boleros.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo A TABOEA - SALVADOR
Data: 16.07.98
Seção: OPINIÃO
Página 08

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Nós e a ONU

Empenhado em ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que deverá ser ampliado dos atuais seis para sete países-membros, o Brasil tem motivos para festejar o apoio a esta pretensão por parte do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Na sua visita ao nosso país, Annan, um exímio diplomata africano, permeou atividades oficiais com as de lazer, participando da assinatura, no Palácio do Planalto, da carta de ratificação do Tratado Mundial de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e da adesão do Brasil ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), ainda reservando tempo para sambar no Pelourinho, onde teve oportunidade de confessar-se extasiado com seu casario. Afável por natureza, mas igualmente firme em suas posições, Annan centra sua figura numa aliança de predicados indispensáveis ao cargo que ocupa, que pressupõe não só um conhecimento global do mundo nos seus aspectos político, econômico, social e militar, mas igualmente a permanente disposição de dialogar com diferentes governantes e representantes de nações, desde as do Primeiro Mundo aos de continentes menos desenvolvidos que ainda guardam uma relação de dependência com os que estão no topo da pirâmide.

É compreensível, assim, que habilidosamente o secretário-geral da ONU tenha dado seu apoio formal à pretensão brasileira de ascender a uma cadeira permanente do Conselho de Segurança do organismo internacional. Não há que duvidar de sua sinceridade, embora não se deva soltar foguetes antecipadamente. O caminho a percorrer é longo e o Brasil começa a enfrentar uma disputa com um vizinho e parceiro do Mercosul, a Argentina, que acalenta o mesmo sonho e, certamente, tentará jogar todas as suas cartas para alcançá-lo. Seria este o primeiro obstáculo, embora não o principal. O poderio brasileiro em comparação com nossos vizinhos do Cone Sul é, sem ufanismo, uma credencial. Se uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU vier a ser destinada a um país da América Latina este, por justiça, deverá ser o Brasil.

X
X X

Mas há outros argumentos que bem explorados pela nossa diplomacia poderão ajudar neste objetivo. O próprio presidente norte-americano, Bill Clinton, que enviou nota de felicitações ao seu colega Fernando Henrique Cardoso pela assinatura dos tratados, qualificando-a como "medida histórica", ao reconhecer a posição brasileira como um novo impulso aos esforços internacionais para deter a proliferação de armas nucleares e promover o desarmamento mundial, prega a necessidade de o Senado de seu país fazer o mesmo. Não explica, porém, porque esta ratificação ainda não se deu, até porque o seu governo conta com maioria na casa.

Tratados como os assinados pelo secretário-

rio-geral da ONU e o presidente do Brasil ainda não mereceram a adesão de todos os países do mundo, contando, até agora, com o respaldo de 149 deles. Há os que continuam recalcitrantes em hipotecar sua adesão explícita, embora no discurso jurem estar dispostos a abrir mão de armas nucleares, como os Estados Unidos.

A disposição de renegar as armas nucleares tem que ser secundada pelos fatos, para que o sonho de um mundo de paz deixe de existir apenas na teoria e se concretize duradouramente, senão definitivamente. Não se há de esperar que os países mais fortes continuem armados até os dentes e outros não tenham sequer como se defender de agressões externas, tornando-se reféns do poderio bélico dos que defendem o fim da corrida armamentista apenas como estratégia de *marketing*.

X
X X

A própria cooperação entre os Estados Unidos e a América Latina, que implica na mobilização de milhares de soldados americanos na região, em ações que vão desde o combate ao narcotráfico ou a treinamentos conjuntos de tropas, passa ao largo de um rígido controle do Congresso norte-americano. Só em 1997, US\$ 236 milhões foram empregados nestes programas, sendo Colômbia, Venezuela, México, Brasil e Argentina os principais destinatários das operações. Tais investimentos, rotulados sob a rubrica "Seção 1004", se constituem num verdadeiro "buraco negro", na opinião de um dos responsáveis pelo informe "Apenas os fatos", editado pelo Congresso dos Estados Unidos.

Esta falta de controle exporia países da AL a uma crescente dependência militar do colosso do Norte, protagonizada não só pela presença de maior número de "Boinas Verdes" ou de "Marines" no continente latino-americano, mas pela sua abdicação de artefatos que ainda integram os arsenais de outros países. Não são só os mais fracos os que devem depor suas armas, mas principalmente os mais fortes.

X
X X

Ao aderir aos tratados de não-proliferação de armas nucleares, o Brasil soma pontos para conquistar uma cadeira da ONU, mas isto não deve levar a submeter-se a um controle alienígena, seja de que bloco for. Tal posição também deve ser a de outros países que já aderiram ao tratado ou estão em vias de oferecer seu respaldo ao TNP e ao CTBT.

A paz no mundo não depende apenas de uma parte dos que o integram, mas de todos os países que compõem o conceito universal, a começar pelos que despontam entre os mais fortes, funcionando até como polícia além fronteiras, vestindo-se como eternos donos da verdade. Destes, sobretudo, espera-se o exemplo.

O ESTADO DE S. PAULO

16/07/98

CADERNO 2 - PÁG. D7

Para poucos

Foi muito simpático o almoço que o governador em exercício, Geraldo Alkmin, ofereceu no Palácio dos Bandeirantes, terça-feira, para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan e sua mulher, a artista plástica sueca Nane Annan.

Só 50 convidados, bem variados. Secretários de Estado, alguns tucanos, como André Franco Montoro, com dois filhos, Lulu Librandi, representantes do mundo empresarial, como Mário Garnero, Luiz Fernando Furlan, Roberto Teixeira da Costa e Roberto Caiuby Vidigal, e gente de arte e cultura, como Radha Abramo.

Alguns diplomatas, como a embaixatriz Ana Maria Amorim, os embaixadores Mário Gibson Barbosa e Renato Prado Guimarães, que vai dirigir o recém-criado escritório do Itamaraty em São Paulo.

Mais Jorge Wilhelm, que foi secretário-geral do Hâbitat, e o rabino Henry Sobel.

Para eles, Brasília Arruda Botelho, chefe do cerimonial, preparou salada com camarões e palmitos, pato com especiarias brasileiras e uma bonita mesa de doces brasileiros.



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo CORREIO POPULAR - CAMPINAS
Data: 20.07.98
Seção: OPINIÃO

Página 02

■ OPINIÃO DO JORNAL ■

Siglas Sem Sentido

Além de remédios, há um punhado de agremiações políticas adulteradas. Embora à primeira vista o mal que possam fazer não chéque a assustar (porque, afinal, se supõe que seus candidatos não terão tanto sufrágio assim), na verdade correspondem a sintoma de doença grave no funcionamento do processo democrático.

Essas agremiações que não têm nem identidade conceitual, nem doutrina, nem programa, embora apregoem confusamente propostas que são vagos estereótipos, tumultuam o entendimento do cidadão e eleitor sobre o que deveria ser, de fato, um partido. Também acabam produzindo nas pessoas uma reação negativa que é transferida para o todo do processo democrático, depreciando um sistema exatamente pelas aberrações que se praticam em nome dele.

Como confrarias, põem na cabeça de muitos a falsa idéia de que política é isso mesmo, um rol de jogadas visando a cargos e interesses pessoais ou grupais. Deturpam a função do partido, que deveria ser o legítimo canal por meio do qual determinadas diretrizes de governo chegariam ao poder por intermédio do representante eleito. Ainda perpetraram outros males, como fazer supor que o "cacique" da agremiação corporifica normalmente o partido e que tem o direito de impor suas idéias, mesmo que esdrúxulas.

É óbvio que tais efeitos de fato ocorrem, junto aos contingentes eleitorais carentes de formação e que são, costumeiramente, manipulados de forma grosseira. Inclusive é comum, em áreas de maior atraso, por meio de favores mínimos como uma refeição ou o simples transporte, o candidato arrebanhar eleitores, obtendo-lhes o voto. O grande mal desses partidos é constituir uma força deletéria, que mina o empenho de muitos no sentido de aprimorar essa que é a única forma sensata e racional de escolha: o voto democrático.

É claro que, ao lado de grande parcela de eleitores que não têm formação para distinguir as aberrações que já vêm sendo praticadas, existe outro grande contingente de eleitores que retêm conceitos essenciais do processo e sabem como exercer a cidadania. É esse contingente que vai discriminar melhor e funcionar como obstáculo às manobras dos citados partidos indiferenciados e sem consistência. Como se tem frisado, várias dessas agremiações não passam de siglas sem nenhum significado, mas cujos proprietários pretendem usá-las para seus próprios fins.

Além do panorama esboçado acima, há ou-

tra vertente de fatores que tumultuam o processo eleitoral, exatamente a partir de desvirtuamentos da prática política, nesta fase de campanha. Na sexta-feira o **Correio Popular** noticiou o que vem acontecendo na Justiça Eleitoral, especificamente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Trata-se de vasto rol de impugnações de candidaturas, acusações de práticas ilegais na campanha, pedidos de suspensão de programas de televisão, denúncias contra propaganda que fere normas éticas, e assim por diante. Muitos desses pedidos não têm o aval nem da lei nem do bom senso, mas congestionam o Tribunal.

Um dos processos que correm é o movido pelo candidato a deputado pelo PDT do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Ávila: sua ação, contra o candidato a presidente da República pelo Prona, Enéas Carneiro, quer a impugnação dessa candidatura porque Enéas tem defendido a construção da bomba atômica pelo Brasil, como se não pudesse expender essa idéia.

Muito do que ocorre é normal no processo democrático, principalmente quando os adversários levam o antagonismo ao território da paixão e dos excessos. Isso porque é normal a condenação desses excessos por parte do TSE. Naturalmente o TSE se vê em apuros, com tanto processo. Políticos mais antigos têm frisado que o Tribunal será, este ano, com 15 candidatos a candidato à presidência da República, o grande foco da atenção, já que os registros de candidatura solicitados envolvem grandes interesses.

O Bom Programa

O programa de Renda Mínima, instituído em Campinas pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), morto em 1996, por seu caráter inovador, vem sendo objeto de atenção de vários setores políticos. A idéia inspirou outras, semelhantes, como a chamada Bolsa-Escola. Por esse programa, desenvolvido em Brasília pelo governador Cristovam Buarque (PT), algumas dezenas de famílias recebem um salário mínimo para manter na escola os filhos.

O coordenador para Assuntos Internacionais do Distrito Federal, Pedro Américo de Oliveira, esteve em Campinas estudando pormenores do programa de Renda Mínima, conforme noticiou o **Correio Popular**. O objetivo é elaborar um projeto de amplitude maior: seria um programa que a Organização das Nações Unidas (ONU) patrocinasse. Em contato com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, Oliveira já sugeriu a idéia. Sendo implementada, será orgulho para Campinas, a pioneira.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DE S. PAULO - SP
Data: 20.07.98
Seção: POLÍTICA
Página A4

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

PEDRO LUIZ RODRIGUES

Brasil sem bomba

Excepto pela voz dissonante de um dos candidatos à Presidência, que talvez compartilhe das noções de prestígio que empolgam indianos e paquistaneses, parece que não mais encontra acolhida expressiva na sociedade brasileira a idéia de que seria vantajoso para o Brasil produzir e detonar bombas atômicas.

Os que, como o candidato Enéas Carneiro, insistem em repor o tema na agenda nacional, parecem movidos pela nostalgia de fórmulas que tiveram no passado muitos aderentes em nossa parte do mundo. Essas fórmulas, e seus formuladores, cuja percepção do mundo era a do período da Guerra Fria (quando não a da Europa bismarckiana), sempre demonstraram entusiasmo com as teorias de geopolítica, encontrando prazer em identificar convergências e divergências, conflitos ou alinhamentos.

A maioria dos brasileiros, que não advoga aventuras do gênero, tem, contudo, razões para comemorar. Na semana passada, o governo — que pauta a ação de nossa política externa pelos valores gerais que mobilizam a comunidade internacional, inclusive no que diz respeito à não-proliferação — comprou os bilhetes que faltavam para entrar no clube dos não-prolifерadores.

A ressaca provocada pelo desfecho da Copa do Mundo, ainda não inteiramente dissipada, tirou luz de breve cerimônia realizada no Palácio do Planalto na última segunda-feira. Lá, diante do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o presidente da República assinou os instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Com a assinatura desses atos — que tornam o Brasil participante pleno de todos os instrumentos internacionais na área da não-proliferação de armas nucleares — a diplomacia brasileira vê a conclusão bem-sucedida de um processo que começou em 1985, quando Brasil e Argentina assinaram, em Foz de Iguaçu, uma Declaração de Política Nuclear. O ato de 1985 represen-

tou um ato de extremo bom senso dos presidentes Sarney e Alfonsín. Com a iniciativa começou a se reverter o clima de desconfiança que existia nessa área, até então, entre os dois países. Na esteira desta, outras medidas vieram: a Declaração de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina é assinada em 1990; no ano seguinte cria-se a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc) e se assina o Acordo Quadripartite Brasil-Argentina-Abacc-Agência Internacional de Energia Atômica.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, foi de forma voluntária e consciente que o Brasil renunciou à possibilidade de possuir armas nucleares, e fez dessa renúncia uma cláusula constitucional. Em entrevista a este jornal, disse que com a ratificação do CTBT e com

a adesão ao TNP, o governo brasileiro reafirma que não tem como opção a possibilidade de fazer bombas atômicas. Bomba atômica, disse o ministro, não traz prestígio, só ônus.

Na cerimônia, no Planalto, o presidente Fernando Henrique bateu na mesma tecla. Considerou inadmissível e imoral que o Brasil mobilizasse recursos humanos, financeiros e tecnológicos “para algo que de maneira alguma iria contribuir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”.

As armas nucleares, disse, não servem em nada à superação definitiva das condições de pobreza extrema em que ainda vive boa parte da Humanidade.

Além disso, até mesmo pensar em bomba atômica geraria tensões e desconfianças que ninguém pretende trazer de volta à nossa região, afetando o bom caminho de um processo de integração que já é bem-sucedido. O importante para o País é continuar a atuar, como vem fazendo, na esfera da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) — entidade da qual é membro fundador — para avançar com sua capacitação tecnológica em áreas associadas ao uso pacífico da energia nuclear, como já vem fazendo nas áreas da medicina, da indústria e do meio ambiente.



■ Pedro Luiz Rodrigues dirige a sucursal de Brasília
Com os tratados, o governo comprou os bilhetes que faltavam para entrar no clube dos não-prolifерadores



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
 Veículo GAZETA MERCANTIL - SP
 Data: 20 a 26.07.98
 Seção: SEMANÁRIO DO MERCOSUL

Página 16

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
 Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Como prevenir crises

Contra crises, a América Latina deve sanear as contas públicas e fortalecer o sistema financeiro

Francisco Góes
 Montevideu

A idéia de que mais vale prevenir do que remediar ou de que é mais prudente se preparar para a crise durante a bonança pode ser perfeitamente aplicada à América Latina, cujas economias são açotadas, desde o ano passado, pela turbulência asiática.

Os países da região têm um longo caminho a percorrer até garantir dois pontos-chave para enfrentar a crise: a saúde das contas públicas e a solidez dos sistemas financeiros. Contudo, muitas das economias latino-americanas mostraram estar melhor preparadas agora, ante as dificuldades do passado, como no episódio da crise mexicana de 1994. A avaliação é do secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o colombiano José Antonio Ocampo.

“Uma das prioridades para a América Latina é evitar a tentação de crescer muito nas épocas de bonança, quando, na verdade, deve-se aproveitar esses períodos para tomar medidas preventivas ante futuras crises”, avalia Ocampo, que assumiu a direção da Cepal em janeiro deste ano, depois de ter sido ministro da Agricultura e da Fazenda nos dois governos anteriores. Ele acompanhou a turnê do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, pelo Brasil, Uruguai e Argentina. “A impressão da Cepal é que a crise asiática encontrou a América Latina mais saneada que no passado, apesar de ainda vulnerável”, disse Ocampo.

Estimativa feita pela Cepal indica que a taxa média de crescimento da economia latino-americana poderá ser de 3,2% em 1998. No ano passado, o crescimento médio na região foi de 5,3%. Independente do efeito da crise asiática sobre a região, a Cepal já previa que a economia latino-americana cairia pelo menos 1% neste ano, devido, principalmente, à deterioração das balanças comerciais de

muitos países do continente.

A própria crise asiática se encarregou de desacelerar a economia da região em 1 ou 1,5% neste ano. Ocampo adverte que o efeito pleno da desaceleração não vai ser notada na estatística de 1998, razão pela qual a Cepal fará um novo exercício de estimativa incluindo este ano.

Ele ressalta a recuperação da economia brasileira em patamares acima do previsto. “Há três meses, aproximadamente, tínhamos a impressão de que a crise asiática ia bater muito forte no Brasil, com impactos sobre a Argentina e o Uruguai, mas a desaceleração será menor que o previsto”, diz. A Cepal estima um crescimento superior a 1% para o Brasil em 1998. O secretário executivo da Cepal menciona, contudo, o impacto negativo da crise asiática sobre países cujas economias são muito dependentes de “commodities”, como petróleo e cobre, afetadas nos preços. É o caso da Venezuela, Colômbia, Peru e Chile. Os mercados financeiros da região, lembrou Ocampo, continuam suscetíveis a novas notícias. ■



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo PROPAGANDA & MARKETING - SP
Data: 20.07.98
Seção: INTERVALO

Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Corrêa Conselheiro

O publicitário Flávio Corrêa, presidente da Abap (Associação Brasileira das Agências de Publicidade) e da Propeg, foi nomeado na semana passada conselheiro da Associação das Nações Unidas - Brasil. A entidade foi criada em maio deste ano durante encontro realizado em Nova York, entre o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o presidente do Fórum das Américas, o empresário Mário Garnero. Garnero é o presidente da entidade no Brasil.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo PROPAGANDA & MARKETING - SP
Data: 20.07.98
Seção: MERCADO Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Corrêa Conselheiro

O publicitário Flávio Corrêa, presidente da Abap (Associação Brasileira das Agências de Publicidade) e da Propeg, foi nomeado na semana passada conselheiro da Associação das Nações Unidas - Brasil. A entidade foi criada em maio deste ano durante encontro realizado em Nova York, entre o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o presidente do Fórum das Américas, o empresário Mário Garnero. Garnero é o presidente da entidade no Brasil.



RECORTES

Cliente BRASILINVEST
Veículo PROPAGANDA & MARKETING - SP
Data: 20.07.98
Seção: EDITORIAL Página 02

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

PREDESTINADO

Sérgio Amado ao presidir a Denison, prometeu a si mesmo que tiraria a agência daquele prédio envelhecido e chamuscado da Brigadeiro Luís Antonio, 2.050.

Cumpriu a promessa e deixou para Raul Lima, seu sucessor no comando da agência, uma empresa enxuta, com parceria internacional e que, segundo o próprio Raul, está vivendo o ano de 98 como um dos melhores da sua vida.

Ao assumir a presidência da Standard Ogilvy & Mather, Amado fez a mesma promessa, provavelmente devido ao trauma do episódio Brasilinvest que o prédio da agência viveu no início dos anos 80.

Ele lutou bravamente e conseguiu o que queria: mudou a Standard para o antigo (moderno) prédio da Editora Azul, na Marginal Pinheiros, após uma reforma que quem vê chega a pensar ter custado um ano de receita da agência. Engano. O investimento foi de R\$ 500 mil e quem for até lá nos próximos dias (a Standard mudou há uma semana), tendo conhecido as antigas instalações da Azul, não vai reconhecer sequer o pátio de estacionamento.

E, na próxima semana, as colunas tipo Palácio do Planalto do imóvel, serão inteiramente pintadas em vermelho vivo, que é a cor da Ogilvy no mundo. Aí, o prédio virará definitivamente um ícone para o próprio David Ogilvy, caminhando para os seus quase 90 anos, se emocionar.



Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo O ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA
Data: 21.07.98
Seção: MILTON CLÁUDIO SOARES Página 04

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

OPINIAO

Armadilha nuclear

Milton Cláudio Soares

A proposição, no dia 13 deste mês, do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, durante a assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear, na presença do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan, cobrando da comunidade internacional definição de um programa de eliminação de todas as armas nucleares, tem a força da argumentação lógica. Infelizmente as nações e os estados são instituições humanas e, como Sigmund Freud descobriu, o que realmente faz desencadear os acontecimentos e os atos nas relações humanas é muito mais a emoção do que a razão. Isso vale também para os múltiplos estados nacionais que compõem a geografia política de nosso planeta, incluído aí as potências e a superpotência.

Basta ver a insistência dos Estados Unidos, durante quase quarenta anos, em procurar destruir o regime castrista, mesmo que para isso tivesse que sufocar todo um povo pela fome e inanição. E os fatos que desencadearam tal atitude de há muito estão superados, não representando Cuba no momento, com o desaparecimento da União Soviética, perigo algum para os Estados Unidos.

Se os EUA, quando da implosão soviética, abrissem mão de seu desejo puro e simples de vingança, Castro teria caído junto com Gorbachev. Bastava a diplomacia norte-americana comportar-se de forma racional e teria o apoio da quase totalidade da comunidade internacional para liquidar o regime castrista.

Precisou o apelo emocional do papa João Paulo II para diminuir a intransigência norte-americana, que agora permite vôos humanitários à ilha. O apelo emocional do sumo pontífice pode abrir caminho para acordo racional que defina o futuro de Cuba.

Foi em 1962 que Cuba provocou a ira dos norte-americanos. Com a permissão de Fidel Castro para que os soviéticos instalassem, na ilha, mísseis com ogivas nucleares que ameaçariam os Estados Unidos. Isso, na ocasião, desencadeou histeria coletiva e aparentemente o pacto velado entre as elites governantes norte-americanas para futuramente dar o troco.

Recente relatório divulgado alerta que

ra destruir o regime castrista, mesmo que para isso tivesse que sufocar todo um povo pela fome e inanição. E os fatos que desencadearam tal atitude de há muito estão superados, não representando Cuba no momento, com o desaparecimento da União Soviética, perigo algum para os Estados Unidos.

Se os EUA, quando da implosão soviética, abrissem mão de seu desejo puro e simples de vingança, Castro teria caído junto com Gorbachev. Bastava a diplomacia norte-americana comportar-se de forma racional e teria o apoio da quase totalidade da comunidade internacional para liquidar o regime castrista.

Precisou o apelo emocional do papa João Paulo II para diminuir a intransigência norte-americana, que agora permite vôos humanitários à ilha. O apelo emocional do sumo pontífice pode abrir caminho para acordo racional que defina o futuro de Cuba.

Foi em 1962 que Cuba provocou a ira dos norte-americanos. Com a permissão de Fidel Castro para que os soviéticos instalassem, na ilha, mísseis com ogivas nucleares que ameaçariam os Estados Unidos. Isso, na ocasião, desencadeou histeria coletiva e aparentemente o pacto velado entre as elites governantes norte-americanas para futuramente dar o troco.

Recente relatório divulgado alerta que atualmente pequenas nações, pelo desenvolvimento generalizado da tecnologia de fabricação de mísseis e pela proliferação nuclear, representam perigo para os EUA. O mesmo perigo que Cuba representou em 1962. Entretanto essa notícia, hoje, é encarada com naturalidade.

Se o apelo emocional do papa já teve seus resultados, não há muita esperança quanto ao apelo racional do presidente brasileiro. O que se observa nestes últimos tempos é uma corrida desenfreada em busca de tecnologia militar nuclear, tanto na Europa quanto na Ásia. Provocada pela declaração unilateral da Rússia, que já disse responder com suas forças nucleares ataque sofrido com armas convencionais. O desencadeamento disso será o fim do planeta Terra. Pelo precedente, no passado, sempre há essa possibilidade.

Em 1910, um dos anos mais pacíficos, ou menos violentos, do século, foi publicado na Europa o livro "A Grande Ilusão". Escrito por Norman Angell, o autor demonstrava que a guerra era impossível. Com argumentos aparentemente incontestáveis Angell concluía que, dada a então interdependência econômica e financeira entre as nações, vencedores e vencidos sofreriam igualmente, não havendo nada a lucrar com a guerra. Logicamente nenhuma nação praticaria a loucura de provocá-la. Sabemos agora a falácia dessa argumentação.

O mundo, hoje, vive um período de eferescência política e social similar àquele vivido na Europa, que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Seria inteligente não cair na mesma armadilha. Sabemos também que só a argumentação racional não é suficiente para evitar a catástrofe anunciada. É necessário que as nações ricas e as classes privilegiadas tenham sincera preocupação pelas carências dos pobres. Sem isso não há esperança.

Milton Cláudio Soares é jornalista.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo DIÁRIO CATARINENSE - FLORIANÓPOLIS

Data: 21.07.98

Seção: GERAL

Página 28

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

GERAL ▼ DIPLOMACIA

Nações Unidas aumenta trabalho na área social

Garantia é do embaixador do Brasil na ONU, Celso Amorim, ao visitar Joinville

Estela Benetti
JOINVILLE

A agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) vem recebendo progressiva incorporação da agenda da sociedade civil, ao lado de assuntos de interesse dos governos. A constatação é do embaixador do Brasil na ONU, Celso Amorim, que esteve neste final de semana em Joinville para participar da abertura do 16º Festival de Dança, a convite do prefeito Luiz Henrique da Silveira. O embaixador informou que uma das principais conferências deste segundo semestre tratará das questões dos jovens. Recentemente, a ONU enfocou as drogas, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a criação de uma secretaria especial sobre o assunto. Celso Amorim informou ainda que agora vem sendo preparada uma revisão da Conferência de Copenhague, sobre a questão social, e no ano 2000 deve ser feito um grande debate relativo ao financiamento para o desenvolvimento.

Conforme o embaixador, outros temas sociais como a questão da mulher, direitos humanos e o meio ambiente também vêm recebendo grandes espaços para debates. No ano passado, foi realizada a revisão da conferência do Rio de Janeiro sobre meio ambiente. Já a agenda do Conselho de Segurança não depende de previsões e hoje vem dedicando atenção especial aos conflitos existentes no Iraque, Paquistão e Angola.

Celso Amorim destacou que o Brasil está empenhado na reforma do Conselho de Segurança da ONU, que torne o mesmo mais adequado à realidade atual. "Nossa posição é que o Conselho seja ampliado, que tenha novos membros permanentes. Mais do que uma candidatura para o Brasil, é uma questão conceitual sobre como deve ser o Conselho de Segurança", explicou. Hoje, os membros permanentes são os Estados Unidos, Rússia, França, Grã-Bretanha e China. Devem entrar a Alemanha e o Japão e mais três países em desenvolvimento: Um da Ásia, um da África e outro da América Latina, que poderá ser o Brasil. Segundo o embaixador, o Brasil deve ser incluído principalmente pela posição política com os seus vizinhos. Se limita com dez países e não entra em guerra com os mesmos há 120 anos.



PRESEÇA: Amorim esteve em Joinville para a abertura do Festival de Dança e falou sobre os programas da ONU

▼ MEIO AMBIENTE

Ocupações irregulares são debatidas

FLORIANÓPOLIS

No cadastramento de moradores na área do Parque da Lagoa do Peri, no Sul da Ilha, que a prefeitura começou em dezembro do ano passado, foram registradas até hoje 204 construções onde vivem 700 pessoas - na área de lazer do parque. Mas, desde 1981, a lei de criação do parque considera invasores os que ocuparam espaço naquela área da Lagoa do Peri. Esse foi um dos temas discutidos no último final de semana, na sede administrativa do parque, com lideranças de 17 comunidades da região. Ocupação desordenada e a nova legislação ambiental também fizeram parte da discussão promovida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), dentro do Programa Ambiental 2000.

Segundo informou a superintendente da Floram, Elizabeth Amin Viecelli, o Ministério Público Federal já entrou com 18 ações contra moradores, no caso das

consideradas invasões. "Nestas ações, a prefeitura está sendo ré. Acionamos nosso setor jurídico para reverter a situação e mostrar que todos os poderes têm obrigações com o meio ambiente", definiu Elizabeth. Ela lembrou que a área precisa ser preservado por ser o maior manancial público de água potável. O coordenador do programa, Giovani Amboni, contou que a discussão está reunindo o Ministério Público, prefeitura e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Não temos como retirar essas pessoas de uma hora para outra. Temos que discutir quais são os direitos delas", disse ele.

O Ambiental 2000 é um programa que tem como meta capacitar três mil pessoas, nas comunidades da Capital, para intervir nas localidades onde moram e promover a proteção do meio ambiente. Desde 1997, cerca de 46 comunidades já foram abordadas pela equipe do programa.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo REVISTA ABOUT - SP

Data: 21.07.98

Seção: ...

Página 24

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

FLÁVIO CORRÊA,
presidente da
Organização Propeg e
da ABAP, foi empossado
esta semana como
conselheiro da
Associações das Nações
Unidas - Brasil, que é
presidida por Mário
Garnero e tem a missão
de aproximar a sociedade
civil da ONU -
Organização das
Nações Unidas.

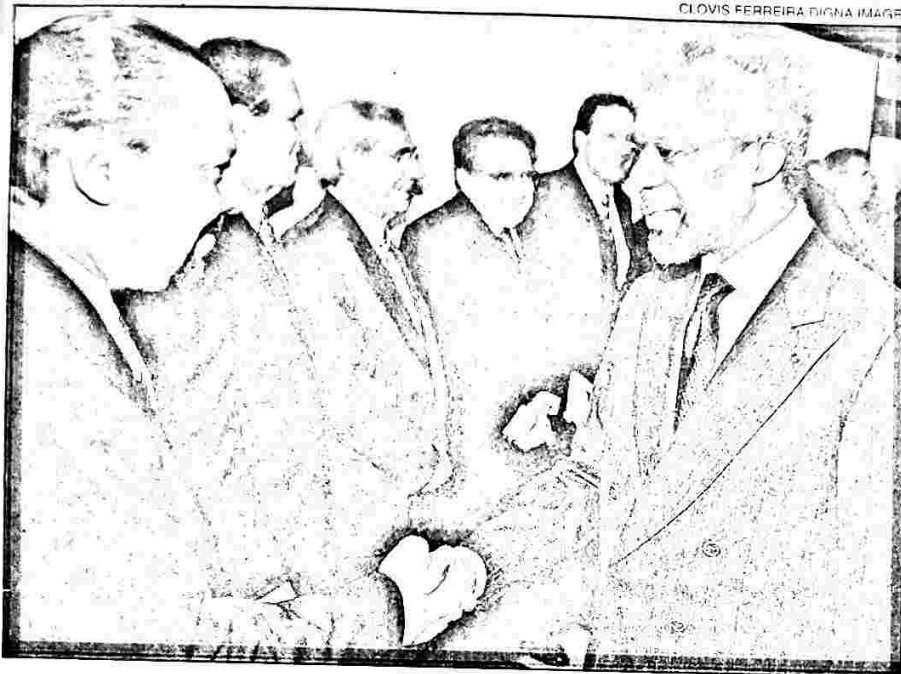


RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
 Veículo CORREIO POPULAR - CAMPINAS
 Data: 21.07.98
 Seção: MIX/UCHA M. DE BARROS

Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
 Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713



CLOVIS FERREIRA/DIGNA IMAGEM

◀ Quando da visita do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, a São Paulo, o Presidente da Rede Anhanquêra de Comunicação Sylvino de Godoy Neto, ao ser cumprimentado por ele. Foi nessa ocasião fundada a Associação das Nações Unidas-Brasil, já existente em inúmeros países, e da qual o presidente da RAC é sócio-fundador



MARTINHO CAIRES

▲ Já aprendendo a frequentar as festas: Guilherme Negrão Lutti, com a vovó co-ru-ja Mariza Xavier



MARTINHO CAIRES

▶ Nas badalações campinenses, a animação de Jullana Cruz



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo REVISTA ISTOÉ - SP

Data: 22.07.98

Seção: CARTAS

Página 10

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

■ Atlas

Já que chegamos ao fim do Atlas *ISTOÉ. Brasil 500 anos*, quero parabenizá-los pelo maravilhoso desempenho durante 18 semanas. O Atlas surpreendeu os seus limites de qualidade, tanto em matéria como em composição. Afinal, é isso que todo consumidor espera de sua mercadoria.

ANISSA DALIRY
Recife - PE

■ Rio

A ONG carioca como vimos na matéria "Meninos na ex-cola" (ISTOÉ 1501) mostra que é possível recuperar jovens que estavam no caminho da penitenciária. O governo deveria acabar com as mordomias das "excelências" e usar o dinheiro na recuperação de crianças abandonadas.

MATEUS SCHWARZ
São Paulo - SP

A reportagem transcende o nível da denúncia e passa a dar visibilidade a projetos sociais que buscam formas alternativas de efetiva construção da cidadania dos adolescentes em risco social.

GENEY M. K. TAKASHIMA
Florianópolis - SC

■ ONU

Sobre a reportagem "Importando a ONU" (ISTOÉ 1502), a revista interpreta equivocada-

mente uma entrevista que lhe concedi sobre o encontro, a convite do Fórum das Américas, do senhor secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, com empresários e líderes comunitários brasileiros, terça-feira, dia 14 de julho, no Parlatino, em São Paulo. Enquanto só falei sobre o tema para destacar, positivamente, a importância das Nações Unidas no mundo globalizado, razão de meu empenho na formação da Associação das Nações Unidas-Brasil, li um texto diferente. O uso de um verbo coloca-me como arrogante ("cobrou da ONU maior aproximação..."). Fica parecendo ainda que, deseducado com o meu convidado, critiquei o Unicef ("Nunca vi o Unicef envolvido num programa de criança de rua no Brasil") com uma afirmação descabida. É de conhecimento geral o trabalho humanitário que o Unicef desenvolve em diferentes países do mundo.

MARIO GARNERO
Presidente do Fórum das Américas
São Paulo - SP

■ Apac

Referente à reportagem "Cadeia muito disputada" (ISTOÉ 1500), a revista, no afã de fazer uma denúncia, acabou fazendo um julgamento sumário e, o que é pior, sem propiciar à acusada o direito de defesa. A Apac de Itaipava entende que não se pode omitir em momento tão grave por estar sendo atingida uma entidade que conta com 26 anos de bons serviços prestados à sociedade. Sugerimos que seus dirigentes sejam ouvidos para que o leitor possa tirar suas conclusões.

JOSETE MARIA SALDANHA FRANCO
Presidente da Apac de Itaipava
Itaipava - MG

ISTOÉ responde: O diretor da entidade, Mário Ottoboni, foi ouvido e suas respostas estão na reportagem.

Parabenizo Luísa Alcalde e a direção da revista pela excelente matéria. Uma "simples" reportagem desmascarou o arrogante Mário Ottoboni, que, com a cobertura de corruptos, inocentes, parte da mídia e alguns funcionários públicos, enganou 500 mil são-joseenses durante longos e tristes 20 anos.

JOÃO DE TOLEDO CABRAL
Delegado
São José dos Campos - SP

Cartas para esta seção, com endereço, número do RG e telefone, devem ser remetidas para: Diretor de redação, ISTOÉ, Rua William Speers, 1088, Lapa, São Paulo, CEP 05067-900. Fax: (011) 832-2211. As cartas poderão ser editadas em razão do seu tamanho ou para facilitar a compreensão.

■ CORREIO ELETRÔNICO

Parabéns pela edição 1502. A revista é muito boa, interativa e por isso vem conquistando a simpatia do leitor.

DANIEL MARCOS DA SILVA LUZ
Belo Horizontes - MG

Adoraria ter visto o Brasil conquistando o penta, mais existe uma grande contradição em relação à Copa. Não somos um país desenvolvido. Temos muitos problemas urgentes a serem resolvidos e é incrível a facilidade que os brasileiros têm de esquecê-los.

VANESSA CAROLINE
Salvador - BA

Revoltante a posição do laboratório Schering em relação ao seu produto Microvlar, tentando se inocentar de um ato irresponsável e negligente da empresa.

RALPH WALDO RANGEL
Goiânia - GO

ISTOÉ
on-line



RECORTES

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Cliente: ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL
Veículo: O ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA
Data: 22.07.98
Seção: OPINIÃO
Página: 04

Benefícios da globalização

Em discurso no ato de criação da Associação das Nações Unidas-Brasil, pronunciado em São Paulo, o diplomata Kofi Annan, secretário-geral da ONU, levantou questões atualíssimas, que merecem toda a atenção da sociedade civil e, principalmente, do empresariado. Lembrou ele que um dos maiores desafios de hoje é entender os benefícios da globalização e não reservá-los apenas para poucos. Socializar os benefícios e não apenas os malefícios, pois uns e outros existem no processo de globalização.

Sua advertência é mais que atual e objetiva e menos acadêmica do que possa ter pensado a platéia reunida no Parlatino de São Paulo.

O processo de globalização acelerou-se no mundo após a derrocada do bloco comunista e o conseqüente desaparecimento das barreiras que, desde os tempos da Guerra Fria, eram chamadas Cortina de Ferro. Uma das conseqüências desses acontecimentos foi o enfraquecimento das idéias xenófobas travestidas de nacionalistas e a ampliação do conceito de um mundo composto de na-

ções interdependentes. Contribuiu para tudo isto o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e a ampliação da liberdade do seu uso.

"A globalização é fato irreversível e dela todos temos que usufrir também as coisas boas."

Países como o Brasil, de economia excessivamente controlada pelo Estado através de decisões centralizadas e mantendo inúmeras e abrangentes reservas de mercado para a indústria nacional, acabaram se vendo forçados a entrar num mercado internacional altamente competitivo. No nosso caso, a indústria nacional antes protegida passou a ter de enfrentar a concorrência estrangeira com guerras de preços e de tecnologia. Mesmo no campo financeiro, essa revolução vem se fazendo a passos largos. Muitas empresas nacionais não sobreviveram sem o protecionismo estatal. Faliram, fecharam, foram engolidas. As que restaram, começam a lançar-se no mercado internacional também de forma competitiva, sozinhas ou associadas ao capital estrangeiro.

Entramos na disputa aberta do capital estrangeiro migrante, buscando tê-lo conosco na maior quantidade possível e pelo máximo de tempo. Preferentemente, como ca-

pital de risco investido permanentemente e aqui gerando rendas e empregos. Esse processo todo, no qual o Brasil já está inserido, aumenta as responsabilidades da sociedade civil e em especial do empresariado que, ocupando espaços antes invadidos pelo poder público, também assumem responsabilidades. Responsabilidades sociais.

Kofi Annan chegou a falar em diplomacia da sociedade civil e do empresariado, lembrando que, no ano 2000, ao lado da Assembleia do Milênio das Nações Unidas, as ONGs - Organizações Não Governamentais estarão realizando o Fórum do Milênio.

A ONU abre suas tribunas, sempre ocupadas por representantes de governos, aos representantes da sociedade civil porque a esta a globalização comete responsabilidades na busca de um mundo interdependente e melhor. Bom que aqui também, nos planos nacional, estadual e municipal, comecemos uma nova era de diálogo com a sociedade civil e em particular com o empresariado, para que este sinta que na nova "aldeia global" suas responsabilidades são complementares às dos governantes na busca do bem estar coletivo.

KOFI ANNAN EM SALVADOR

SECRETÁRIO DA ONU VISITA CENTRO HISTÓRICO

Ao lado da mulher, Nane, ele come acarajé, visita igreja e entra em roda de samba.



Baianas em trajes típicos dão boas-vindas a Kofi Annan pelas ruas do Pelourinho, que está sendo restaurado com recursos da ONU.

Natural de Gana, na África, ele se sentiu em casa na visita à Bahia.

Em sua visita ao Brasil, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan (60), ficou encantado com o que viu em Salvador. Natural de Gana, na África, ele não escondeu que se sentia um peixe dentro d'água ao circular pelo Pelourinho, que concentra a efervescência da arte negra na Bahia. Na companhia da mulher, a artista plástica sueca Nane Annan (53), o secretário passeou pelo Centro Histórico — conjunto arquitetônico declarado Patrimônio Cultural da Humanidade, cuja recuperação conta com recursos da ONU —, bebeu muita água-de-coco e experimentou acarajé e bolinhos fritos de tapioca.

Animado e descontraído, Annan participou de uma roda de samba no Largo da Cruz do Pascoal. O secretário mostrou que conhece os passos do "samba duro", um tipo de dança preservada durante séculos pelas comunidades negras do Recôncavo Baiano. A roda, comandada pelos artistas Roberto

Mendes e Márcia Short, era uma das muitas atrações que o Centro Histórico de Salvador exibiu para homenagear Annan. Além de música, havia também pelas ruas recepcionistas baianas vestidas com trajes típicos.

Num piscar de olhos, as baianas driblaram a segurança e quebraram o protocolo, fisgando o secretário-geral da ONU do meio da comitiva, em que estavam também o governador César Borges e o embaixador do Brasil, na ONU, Celso Amorim. Ao lado das festas acompanhantes, Annan desceu e subiu ladeiras, sempre de olho nas construções antigas restauradas. Na igreja de São Francisco, templo de estilo barroco com paredes recobertas por ouro, Kofi e a mulher foram recebidos ao som da Ave Maria, de Gounod, cantada pela soprano Andréa Daltro. Encerrado o passeio, a comitiva rumou para o Palácio de Ondina, onde foi servido um banquete para Annan, com frutos do mar e pratos afro-baianos. ●





ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Cliente

O TEMPO - BH

Veículo

Data: 24.07.98

Seção: OPINIÃO

Página 08

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Annan e o Brasil

PAULO DELGADO
DEPUTADO FEDERAL (PT-MG)

O secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Kofi Annan, em visita ao Brasil na semana passada, encheu de expectativas a aspiração brasileira de tomar parte no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Ao afirmar que o Brasil "tem credenciais" para disputar a vaga, certamente deu um peso a essa expectativa que é do Estado brasileiro e, não, do governo, como vai tentando indicar o presidente da República.

É importante reafirmar o perfil desse secretário-geral que, sem dúvida, olha para frente, mesmo tendo tomado posse cercado de desconfiança pela ostensiva campanha que os Estados Unidos fizeram pela desestabilização de Bouthros Galhi. Defensor de mudanças na organização da ONU, figura importante na solução da recente crise entre Estados Unidos e Iraque, Annan incluiu em seu discurso no Brasil alguns outros ingredientes que agradam menos ao governo brasileiro. Esse, deveria prestar a mesma atenção às declarações de Kofi Annan sobre a exclusão promovida pelo processo de globalização, claramente criticadas pelo líder. Annan foi até bastante descritivo ao citar as diferenças sociais do Brasil, que iguala algumas regiões às mais miseráveis do mundo.

A presença do secretário-geral das Nações Unidas na assinatura, pelo Brasil, dos dois mais importantes tratados antinucleares existentes na política internacional foi, com certeza, uma simbologia importante transformada em marketing pelo presidente. Usou a seu favor a ocasião que lhe foi dada, com a agenda das Nações Unidas coincidente com a votação, pelo Congresso Nacional, da adesão ao Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), ocorrida no início de julho. A adesão ao Tratado para a Eliminação Completa de Testes Nucleares (CTBT) já está votada desde maio, mas ainda não havia sido assinada pelo presidente. Ele não deve tomar para si uma decisão que o Congresso Nacional

debate há alguns anos e que, portanto, pertence ao país e, não, ao governo.

A adesão brasileira ao Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP) e ao Tratado para a Eliminação Completa de Testes Nucleares (CTBT) engorda o time dos países antinucleares. Ela é feita com um alerta importante, votado pelo Congresso Nacional quando da aprovação do TNP. Trata-se da exigência de se tomarem providências, no plano internacional, para a eliminação de todo o arsenal atômico, medida não alcançada por nenhum dos dois acordos. Esse, aliás, foi o motivo da demora da aprovação do TNP pelo Congresso, já que o texto de 1968 não prevê a destruição dos arsenais já existentes, tratando discriminariamente países que buscam essa tecno-

É o posicionamento concreto de mais e mais países contra o uso da energia nuclear com fins bélicos que possibilitará a pressão efetiva pelo seu fim e de todas as armas de destruição

logia e aquele que já a utilizam para fabricar e estocar armas.

Nesse ponto, um outro documento, datado do início de junho, logo após os testes nucleares realizados por Índia e Paquistão, tem importância internacional, embora assinado por apenas sete países, conforme salientado no artigo "Adeus às Armas", publicado em 26 de junho último, neste jornal. É a "Declaração em direção a um mundo livre de armas nucleares: a necessidade de uma nova agenda", endossada por Brasil, Egito, África do Sul, Suécia, Irlanda, México e Nova Zelândia. O documento, assinado pelos ministros de Relações Exteriores das sete nações, já indica claramente medidas para atenuar a unilateralidade dos dois mais importantes acordos antinucleares do mundo. Propõe a destruição dos arsenais existentes e compromissos a serem assumi-

dos tanto pelas potências nucleares como pelos países potencialmente nucleares. O tom da declaração é o que deve ser adotado a partir de agora na busca de um mundo não-nuclear: absoluta intolerância com os países detentores dessa tecnologia com fins militares e com aqueles que pretendem seguir o mesmo caminho.

Dos países que estão na berlinda dessa questão, resta saber quem vai dar o primeiro passo. Das potências nucleares, que são também os países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU -EUA, China, Federação Russa, França e Reino Unido-, apenas as duas últimas aderiram aos tratados. As novas potências são Índia e Paquistão, cujo recente ingresso no time atômico deixa clara a não-adesão aos acordos internacionais. Restam ainda Israel e Coreia do Norte, no limiar de obter armamentos nucleares e que também não se manifestam favoráveis a banir do mundo esse tipo de arma.

Por isso, a adesão do Brasil aos tratados tem grande importância internacional. Por seu peso no continente latino-americano, já declarado zona livre de armamento nuclear. E porque, daqui para frente, é o posicionamento concreto de mais e mais países contra o uso da energia nuclear com fins bélicos que possibilitará a pressão efetiva pelo seu fim e de todas as armas de destruição de massa (atômicas, químicas e biológicas). Resta dizer da responsabilidade dos Estados Unidos, que se pretende a polícia do mundo, mas que não aderiu aos dois tratados antinucleares e nem ao Tratado Internacional para o Banimento das Minas Antipessoais, a mais cruel e barata forma de matar civis inocentes. Também nesse caso, o foco está nos mesmos países, os maiores produtores mundiais do armamento: EUA, China, Rússia, Israel, Iraque, Índia e Paquistão.

A comunidade internacional que quer a paz não pode ter dúvida sobre os alvos a acertar para ganhar essa guerra. Quando aos meios de comunicação, que praticamente desconheciam a adesão do Brasil aos tratados, já passa da hora de aceitarem o fato de que notícia boa nem sempre é notícia ruim.



RECORTES

Cliente ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

Veículo TRIBUNA PAULISTA - SP

Data: 24.07.98

Seção: . . .

Página CAPA

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP
Tels.: 3667-7532 - 3666-8147 - Fax: 826-3713

Nova superpotência

"A sociedade civil tornou-se a nova superpotência: pessoas determinadas a promover melhores padrões de vida numa liberdade mais ampla". (Kofi Annan, secretário geral da ONU).



Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL NH - NOVO HAMBURGO
Data	07.12.98
Seção	PAÍS
	Página 45

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori premiado pela ONU

Secretário nacional de Direitos Humanos tem seu trabalho reconhecido

Brasília - O Brasil vai comemorar os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos, amanhã, de uma maneira inédita. Pela primeira vez, um brasileiro - o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori - receberá um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) pela defesa dos direitos humanos. Na quinta-feira, ele vai receber o prêmio das mãos do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e estará no mesmo patamar de outras personalidades internacionais que se destacaram neste setor, como Martin Luther King e o presidente, sul-africano, Nelson Mandela. Gregori é responsável pela elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos,

criado em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que serviu de modelo para outros países, como a China. "Na verdade, este prêmio tem caráter de estímulo ao Brasil, para que não deixe de atuar neste setor," diz Gregori.

Advogado e amigo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, o secretário se destacou na área dos direitos humanos quando foi coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Segundo ele, nos últimos anos o

país melhorou sua imagem no exterior por causa do plano nacional de direitos humanos, que deu resposta imediata às cobranças de grupos, governos e entidades que atuam na defesa dos direitos humanos. "Hoje as cobranças são menores que o reconhecimento

por esses setores," avalia.

COBRANÇA - Apesar de ter tido atuação efetiva em alguns casos que abalaram a opinião pública nacional e internacional, como os massacres de sem-terra em Eldorado de Carajás, em abril

de 1996, e de Corumbiara, um ano antes, além da morte de 111 presos na penitenciária do Carandiru, o governo ainda não conseguiu que os acusados pelos crimes fossem a julgamento. "No exterior, a maior cobrança é a morosidade da Justiça e a violência da polícia," diz Gregori, ressaltando que nos últimos anos a Justiça brasileira tem avançado nesta área, mas a própria legislação atrasa a conclusão dos processos.

Os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos serão comemorados

terça-feira no Palácio do Planalto, onde o presidente Fernando Henrique Cardoso irá premiar personalidades, estudantes e organizações não-governamentais (ONGs) que tiveram destaque na defesa dos direitos humanos. O cineasta Nelson Pereira dos Santos também receberá o Prêmio de Cinema concedido pela Unesco pela produção de obras relacionadas aos direitos humanos.

Hoje, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançará um livro prefaciado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, onde diversos juristas e personalidades do setor cultural, como Adolfo Perez Esquivel, Evandro Lins e Silva, Lígia Fagundes Telles, dom Pedro Casaldáliga, Fábio Konder Comparato, irão comentar cada um dos 30 artigos da declaração. A OAB também irá homenagear Austrágisilo de Athayde, o único brasileiro que participou da elaboração do documento. (AE)

Kofi Annan, secretário-geral da ONU, vai entregar o prêmio



Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL NH-NOVO HAMBURGO
Data	08.12.98
Seção	PAÍS
Página	61

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasil lançará moeda comemorativa

Brasília - O Banco Central e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos vão lançar, esta semana, a moeda de R\$ 1,00 comemorativa aos 50 anos da Declaração dos Universal dos Direitos Humanos. O Brasil será o primeiro país do mundo a fazer este tipo de homenagem. A moeda, que será apresentada oficialmente durante uma reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com presidentes dos países do Mercosul, nesta quarta e quinta-feiras, começa a circular ainda esta semana. Ontem, Fernando Henrique aproveitou o discurso de inauguração da nova sede do Instituto Rio Branco, para lembrar que o Brasil hoje é reconhecido como um país que, oficialmente, respeita os direitos humanos. "E se não se faz mais na prática, não é por falta de vontade política, mas é pelas dificuldades reais de processos sociais," disse FHC, ao destacar o empenho do Brasil na luta pelos direitos humanos.

Fernando Henrique comemorou o prêmio que será concedido ao secretário de Direitos Humanos, José Gregori, pela Organização das Nações Unidas (ONU), na próxima quinta-feira, em homenagem ao trabalho desenvolvido por ele, no governo federal. "É uma manifestação clara da mudança da percepção externa sobre o que significa o



FHC: temas delicados

esforço do Brasil nesse tipo de política," completou.

TEMAS - Segundo o presidente, além da questão dos direitos humanos, o Brasil está avançando também em outros temas delicados, como o meio ambiente. "Já demos passos importantes na reunião de Tóquio," comentou o presidente, acrescentando que na reunião de Buenos Aires, a posição brasileira foi de renovar suas posições, colocando-nos quando possível, na vanguarda, embora reconhecendo que, muitas vezes, a vanguarda da política proposta não pode ser acompanhada de imediato por uma implementação que seja à altura do que se propõe, porque as condi-

ções ainda são suficientes para que haja uma mobilização da sociedade nessa direção."

Os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos serão comemorados hoje no Palácio do Planalto com a entrega de premiações para organizações não-governamentais (ONG), estudantes e pessoas que tiveram destaque na defesa dos direitos humanos no país. O primeiro prêmio será entregue ao Gabinete de Assistência Jurídica a Movimentos Populares (Gajop), uma instituição de Pernambuco que desenvolveu um programa pioneiro no Brasil de proteção à testemunhas de crimes. (AE) ■



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA
Data	08.12.98
Seção	OPINIÃO
Página 16	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

MIRIAN GUARACIABA

Governo condenado

Falta muito para que os brasileiros possam comparecer orgulhosos a comemorações alusivas à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ainda há um abismo entre a solenidade de ontem, em Paris, que marcou os 50 anos da declaração, e a real situação brasileira. Abismos e contradições.

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, recebeu homenagem pela criação do Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Mas na última sexta-feira, a respeitada organização não-governamental Human Rights Watch declarou, em relatório oficial, que o Brasil fracassou nessa área.

Num texto divulgado para todo o mundo, a organização afirma que em 1997 o país retrocedeu. O diretor da Human Rights no Brasil, James Cavallaro, acusa o governo federal como responsável pela crescente violência no país. O poder central — mais que os governos estaduais — está retardando medidas indispensáveis à implantação do plano.

É claro que a violência não é exclusividade do Brasil. Mas choca a

Human Rights, por exemplo, o tamanho da transgressão cometida por policiais em grandes cidades brasileiras.

Via Internet sabe-se que apenas nos primeiros cinco meses deste ano, em São Paulo, foram mortos por policiais 197 civis suspeitos de crime. Em 1997, na capital paulista, foram assassinados 405 civis suspeitos.

No Rio de Janeiro, o quadro é ainda mais triste: 511 civis suspeitos foram mortos por policiais, de janeiro a setembro de 1998. "É alarmante", diz o texto da Human Rights.

A organização admite que o Brasil avançou em algumas áreas, mas aponta a vergonhosa corrupção policial e a violência entre jovens como os principais problemas enfrentados pelos brasileiros. A Human Rights Watch é a mesma instituição que apontou os Estados Unidos como uma das nações que desrespeitam os direitos humanos.

E até quando o Brasil fará parte de uma lista tão nefasta? Eleitores e contribuintes esperam que nos próximos anos o quadro seja outro. Só

para refrescar a memória, o presidente Fernando Henrique incluiu em suas promessas de campanha mais segurança ao cidadão. Ao que paga e ao que não paga imposto.

Compromisso, aliás, assumido em 1994. Mas não cumprido. O governador eleito Joaquim Roriz mostrou aos eleitores o programa de tolerância zero que implantará na cidade. A Human Rights não apresentou números sobre Brasília, mas sabemos que a violência por aqui é cada dia mais angustiante.

Roriz tem o apoio do ministro da Justiça, Renan Calheiros. O ministro prometeu dedicar-se pessoalmente à redução da violência no DF. E garantiu que o presidente Fernando Henrique Cardoso está empenhado em resgatar a segurança de Brasília.

Na época da campanha eleitoral, Calheiros citou outros números que escaparam ao Human Rights: os crimes cometidos por civis ou policiais são um sério obstáculo às políticas sociais. O país perde entre 1% e 2% de crescimento do PIB graças ao insuportável índice de violência.



Cliente	ANUBRA	Página	04
Veículo	CORREIO DA BAHIA - SALVADOR		
Data	09.12.98		
Seção	BRASIL		

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Ato falho presidencial

O presidente Fernando Henrique Cardoso trombou em cheio com a Justiça exatamente no dia e hora em que se fazia no Palácio do Planalto a celebração desse conceito tão caro à humanidade. Na solenidade de comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o presidente surpreendeu todo mundo, incluindo aí autoridades do governo federal, ao se referir aos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, em 1989, como prisioneiros políticos.

Horas depois, ao se dar conta do que tinha dito, o presidente determinou que seu porta-voz explicasse que, no improviso do discurso, fora cometido um equívoco. "O presidente se confundiu", justificou o Palácio do Planalto que, ao mesmo tempo, providenciou a supressão do trecho da reprodução da fala que foi distribuída pelo serviço de comunicação oficial.

De qualquer forma, dada a delicadeza do assunto que poderá ser até tema de conversa entre Fernando Henrique e o presidente chileno, Eduardo Frei, hoje no Rio, trata-se de um estranho e injustificado ato falho. Inclusive porque, na semana passada, ao enviar seu ministro da Justiça para uma visita oficial aos seqüestradores em greve de fo-

bia ao governo federal confrontar-se, neste caso e em nenhum outro obviamente, com decisões judiciais. Referia-se ao fato de que o Tribunal de Justiça de São Paulo concluirá apenas no próximo dia 15 o julgamento a respeito da redução das penas dos seqüestradores presos.

Tudo isso o secretário nacional de Direito Humanos, José Gregori, explicava horas antes, num almoço no Itamaraty, dizendo que só após a Justiça paulista se pronunciar é que o governo reforçaria as tratativas para acelerar o processo de homologação, pelo Congresso, do tratado de troca de prisioneiros com a Argentina e o Chile permitindo a extradição de cinco chilenos e dois argentinos.

De acordo com José Gregori, o interesse do governo brasileiro é o de ter, o mais breve possível, esse tratado à mão para que os presos estrangeiros possam ir para seus países, mas cumpram o restante da pena lá. Foi exatamente o que aconteceu com os dois canadenses do grupo, que voltaram para o Canadá porque o Brasil tem com aquele país um acordo semelhante. Os seqüestradores estão em greve de fome porque querem ser expulsos e, nesse caso, estariam livres quando chegassem, ao Chile e à Argentina.

Por isso tudo, ninguém entendeu quando

FHC surpreendeu

memoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o presidente surpreendeu todo mundo, incluindo as autoridades do governo federal, ao se referir aos seqüestradores do empresário Abilio Diniz, em 1989, como prisioneiros políticos.

Horas depois, ao se dar conta do que tinha dito, o presidente determinou que seu porta-voz explicasse que, no improviso do discurso, fora cometido um equívoco. "O presidente se confundiu", justificou o Palácio do Planalto que, ao mesmo tempo, providenciou a supressão do trecho da reprodução da fala que foi distribuída pelo serviço de comunicação oficial.

De qualquer forma, dada a delicadeza do assunto que poderá ser até tema de conversa entre Fernando Henrique e o presidente chileno, Eduardo Frei, hoje no Rio, trata-se de um estranho e injustificado ato falho. Inclusive porque, na semana passada, ao enviar seu ministro da Justiça para uma visita oficial aos seqüestradores em greve de fome, o presidente da República não deu o grande apreço à decisão do Supremo Tribunal Federal, que os considerou presos comuns.

E o presidente não teria se "confundido" se não tivesse resolvido falar do caso numa cerimônia de cunho fundamentalmente político. Ele falava sobre direitos humanos e não tratou em momento algum dos direitos dos presos comuns que são afrontados por torturas em delegacias e tratamento subhumano nos presídios. Muito menos é hábito seu enviar observador oficial aos milhares que fazem greve de fome diariamente país afora.

Tanto a filosofia do pronunciamento era política que quando comemorou o fato de "estarmos falando de direitos humanos dentro do Palácio do Planalto", Fernando Henrique acrescentou: "Palácio a que tínhamos horror, nem passávamos por perto nos anos de chumbo".

Portanto, a despeito da correção, alguma posição pessoal discordante daquela explicitada pela Justiça o presidente deve ter, senão não falaria dos seqüestradores naquele contexto. Arriscou-se à confusão e acabou, de fato, cometendo um deslize grave.

O mais esquisito é que Fernando Henrique disse o que disse segundos depois de afirmar que não ca-

FHC surpreendeu todos ao se referir aos seqüestradores como prisioneiros políticos

questradores presos.

Tudo isso o secretário nacional de Direito Humanos, José Gregori, explicava horas antes, num almoço no Itamaraty, dizendo que só após a Justiça paulista se pronunciar é que o governo reforçaria as tratativas para acelerar o processo de homologação, pelo Congresso, do tratado de troca de prisioneiros com a Argentina e o Chile permitindo a extradição de cinco chilenos e dois argentinos.

De acordo com José Gregori, o interesse do governo brasileiro é o de ter, o mais breve possível, esse tratado à mão para que os presos estrangeiros possam ir para seus países, mas cumpram o restante da pena lá. Foi exatamente o que aconteceu com os dois canadenses do grupo, que voltaram para o Canadá porque o Brasil tem com aquele país um acordo semelhante. Os seqüestradores estão em greve de fome porque querem ser expulsos e, nesse caso, estariam livres quando chegassem, ao Chile e à Argentina.

Por isso tudo, ninguém entendeu quando o presidente fez a referência aos "prisioneiros políticos". O ministro de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sar-

demberg, imediatamente entendeu a fala como um equívoco. "Ele escorregou", informou ao companheiro de platéia. Já José Gregori e o porta-voz Sérgio Amaral, perplexos, reagiram com um "não sei" à indagação a respeito do sentido de tal declaração.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, também se confessou surpreso e comentou: "Eu quero ver se brasileiros presos em prisões americanas algum dia serão mandados de volta para cá". Para ele, "abstraindo-se as questões humanitárias", é discutível inclusive o fato de os canadenses já terem conseguido voltar. "Parece uma decisão pautada por questões comerciais, os ricos são liberados primeiro".

Justiça se faça

É, de fato, intenção do presidente da República dar status de ministério à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Faz, com isso, justiça dupla: a José Gregori, cuja atuação levou o Brasil a ser premiado pela ONU na área dos Direitos Humanos - algo inimaginável até há muito pouco - e ao atual ocupante do Ministério da Justiça. Que, com isso, perde sua função de maior visibilidade e eficiência.



Ciente	ANUBRA	
Veículo	CORREIO DO POVO-PORTO ALEGRE	
Data	10.12.98	
Seção	NACIONAL/INTERNACIONAL	Página 12

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori antevê a aceleração do TPI

Brasília — O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, que recebe hoje, nos EUA, o Prêmio Internacional de Direitos Humanos da ONU, afirmou que a polêmica sobre o caso Pinochet vai acelerar a implantação do Tribunal Penal Internacional. Ele participou este ano da Conferência de Roma, quando a criação do TPI foi aprovada pelos países presentes, inclusive o Brasil. No ato comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ontem, no Rio, o presidente Fernando Henrique Cardoso também defendeu a criação do TPI diante dos chefes de Estado do Mercosul.



Cliente	ANUBRA
Veículo	DIÁRIO DA TARDE - BH
Data	10.12.98
Seção	NACIONAL
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048	
Página 05	

♦ DISTINÇÃO

O secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, recebe hoje em Nova Iorque das mãos do Secretário da ONU, a laurea que o distingue e ao governo Fernando Henrique Cardoso pelos esforços que tem empreendido em favor dos direitos humanos. Entre os já agraciados com essa distinção estão o presidente Nelson Mandella, da África do Sul, e sra. Eleanor Roosevelt, esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o pastor Luther King.

Gregori receberá a distinção durante a cerimônia com que a ONU comemora o 50º aniversário da Declaração dos direitos do homem, para cuja relação influíu decisivamente os estudos de Austregésilo de Athayde, comunheiro dos Diários Associados



Cliente	ANUBRA	Página	19
Veículo	A CIDADE - RIBEIRÃO PRETO		
Data	10.12.98		
Seção	...		
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048			

BRASIL PASSA A RECONHECER JULGAMENTO DA CORTE INTERAMERICANA DE RECURSOS HUMANOS

BRASÍLIA (AJB) - No ano em que a Declaração Universal dos Direitos do Homem completa 50 anos, o Brasil tomou uma iniciativa a que resistia desde 1992: passou a reconhecer o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos para atos que forem considerados lesivos às garantias previstas na declaração. A cláusula aceitando o julgamento pela corte foi recusada pelo Brasil quando da assinatura da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, há seis anos. Com isso, o país se comprometeu a aceitar as garantias impostas pelo documento, mas não se submeteu às decisões da entidade criada para fiscalizar a convenção.

O reconhecimento do poder da Corte foi resultado de uma iniciativa do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que será premiado hoje pela ONU por causa de seu trabalho. Também foi Gregori o responsável pela aprovação da Lei 9.455, de 1997, que tipificou o crime de tortura. Foram previstas punições severas para a prática, que o Brasil se comprometeu a banir em 23 de setembro de 1985, ao assinar a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada pela ONU um ano antes. Em 1989, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

Até o reconhecimento da corte interamericana, as violações de direitos humanos praticadas no Brasil eram sujeitas apenas ao julgamento formal da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sem autonomia para aplicar qualquer sanção ao país responsável. A única pena era o constrangimento da divulgação do crime cometido e da informação de que o governo não tinha feito o suficiente para punir os culpados.

A nova posição brasileira de reconhecer a jurisprudência internacional em casos de violações dos direitos humanos, como os crimes de genocídio, também foi expressa no apoio à criação do Tribunal Penal Internacional. A resolução da ONU prevendo o tribunal foi aprovada este ano, com os votos contrários dos Estados Unidos e da China.

AS CONVENÇÕES ASSINADAS PELO BRASIL

• Convenção contra o genocídio/ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Brasil assinou em 10 de dezembro de 1948, ratificou em 15 de abril de 1952

• Convenção de Genebra sobre tratamento de prisioneiros de guerra, feridos e civis (1949)

Assinatura em 12 de agosto de 1949.

• Convenção europeia de direitos humanos (1950)

• Convenção sobre Refugiados (1951)

Assinatura em 15 de julho de 1952.

• Convenção sobre os direitos políticos das mulheres (1952)

Assinatura em 20 de maio de 1953.

• Convenção contra a escravidão (1959)

• Convenção da Organização Internacional do Trabalho contra trabalhos forçados (1957)

• Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial (1965)

Brasil assinou em 7 de março de 1966, ratificou em 27 de março de 1968.

• Convenção pela Supressão do Apartheid (1973)

Brasil não assinou.

• Protocolos adicionais da Convenção de Genebra (1977)

Brasil não assinou.

• Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979)

Assinatura em 23 de setembro de 1981, ratificação em 1º de fevereiro de 1984

• Convenção contra a tortura (1984)

Brasil assinou em 23 de setembro de 1985, ratificou em 28 de setembro de 1989.

• Convenção sobre os direitos das crianças (1989)

Brasil assinou em 26 de janeiro de 1990, ratificou em 24 de setembro de 1990.

• Tratado para a criação do Tribunal Penal Internacional

Brasil assinou, em 1998, resolução pela criação do tribunal, o que será feito futuramente pela Assembléia Geral da ONU.

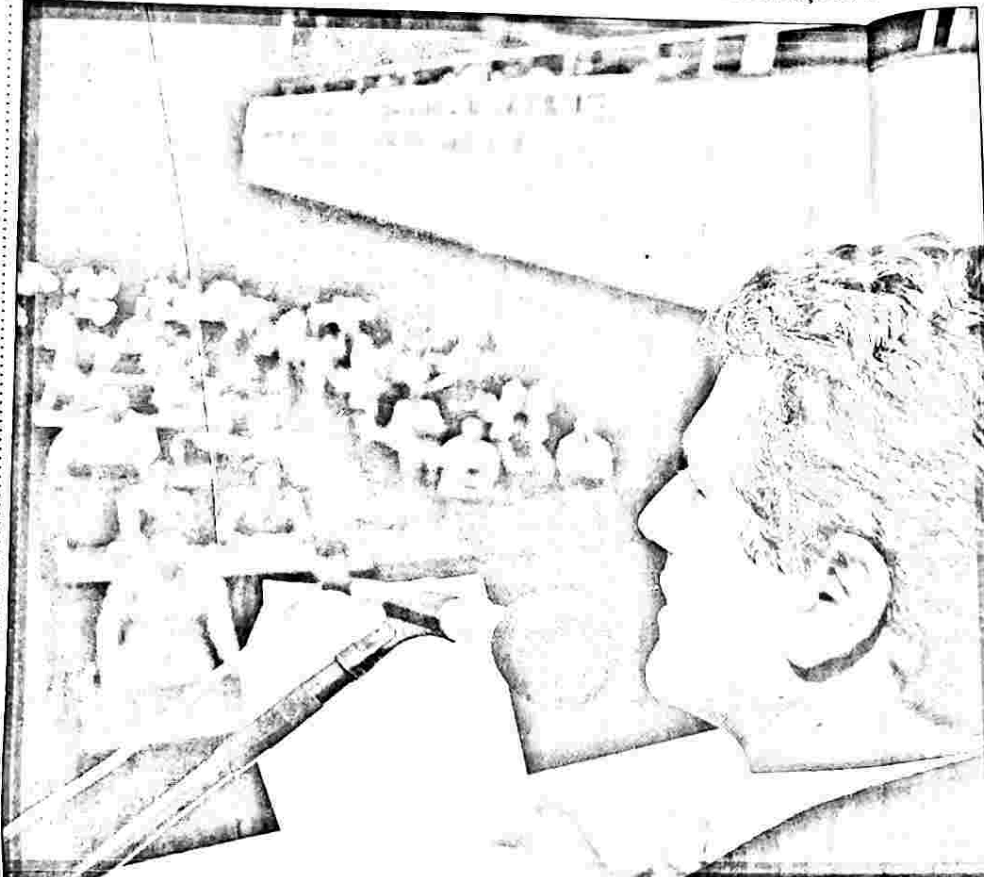
Fonte: UN Treaty Series, arquivo de documentos aprovados pela ONU.
Assinatura significa a adesão formal ao documento pelo poder Executivo. A ratificação é feita após a aprovação do tratado pelo Congresso.



Cliente ANUBRA
 Veículo ESTADO DE MINAS-BELO HORIZONTE
 Data 11.12.98
 Seção NACIONAL Página 07
 Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Torturador causa indignação na AL

Entrevista de ex-tenente revolta deputados durante comemorações dos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos



LUIZ CASTRO SILVA

Em clima de indignação em relação aos crimes de tortura praticados entre 1969 e 1972 pelo ex-tenente do Exército, Marcelo Paixão de Araújo, a Assembleia Legislativa comemorou ontem os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A entrevista de Araújo à Revista Veja, contando como torturava os presos políticos em Belo Horizonte, indignou o ouvidor-geral de Polícia de Minas Gerais, José Roberto Gonçalves de Resende. "O que mais me impressionou na entrevista deste senhor foi quando disse que ao encontrar um ex-torturado havia nos ombros dele e perguntava: você está me reconhecendo? É revoltante que tenhamos um cidadão como este sob o palto da anistia", afirmou Resende. Ele espera que Marcelo Paixão, beneficiado pela Lei de Anistia, pague pelos "outros crimes que praticou conforme denúncia corajosa do ex-deputado Genival Tourinho".

Tourinho, em entrevista ao ESTADO DE MINAS, acusou Paixão de

participar da extorsão de empresários no início da década de 70, unindo sua ligação com órgãos de repressão como trunfo.

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Casa aprovou, por unanimidade, dois requerimentos do deputado Durval Augusto (PT) Va denunciar o ex-tenente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a quem compete encaminhar processos a serem julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O segundo requerimento propõe a Comissão de Garantias Fundamentais uma reunião especial - já marcada para a próxima quarta-feira, às 9h30min - para ouvir depoimentos do ex-tenente, do advogado Genival Tourinho, representante do Grupo Tortura Nunca Mais em Minas, o deputado federal Admaro Miranda, o ouvidor de Polícia José Roberto Gonçalves, e o secretário Santos Moura, de Segurança Pública. O presidente da Comissão de Garantias Fundamentais, o tucano João Leite diz que a comissão que preside fará sua parte para que Marcelo Paixão Araújo não fique impune.

ONU premia José Gregori

NOVA YORK - O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, 68, tornou-se ontem o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio de direitos humanos concedido pela ONU (Organização das Nações Unidas). Ele disse que o prêmio pode ajudar o País a ampliar sua parceria com a comunidade internacional e informou que a secretaria pode ser transformada em ministério no próximo ano. O prêmio da ONU é concedido a cada cinco anos para pessoas de todo o mundo que se destacaram na luta pela preservação dos direitos humanos. Gregori foi premiado

do ao lado de mais quatro pessoas, incluindo o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter. Gregori recebeu a placa comemorativa do prêmio das mãos do secretário-geral da cidade, Kofi Annan, em Nova York. Ontem, a ONU comemorou os 50 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo comunicado do organismo, Gregori foi premiado por "sua luta, desde os anos 50, buscando estabelecer a democracia no país além dos programas nacionais e regionais de promoção dos direitos humanos".

O DEPUTADO João Leite (PSDB) garante que a Comissão de Garantias Fundamentais tudo fará para que Marcelo Paixão seja punido

Câmara Federal quer ouvir ex-tenente e suas vítimas

GOULART GONZAGA JR
 SUPLENTE BRASILEIRO

A comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal expediu ontem cartas-convites ao torturador confesso Marcelo Paixão e a cinco de seus torturados no 12.º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, para comparecer ao Congresso Nacional na próxima terça-feira e prestar depoimento sobre o assunto. "Será a hora de esclarecer responsabilidades", argumentou o vice-presidente da comissão, deputado Luis Eduardo Greenhalg (PT-SP), autor da iniciativa. Explicou que o "convite" não tem a força de uma intimação judicial, mas recomendou ao ex-tenente o comparecimento por entender que poderá trazer muitas luzes sobre a questão da tortura ao tempo da ditadura militar. Greenhalg também propôs e a comissão aprovou a convocação dos jornalistas da revista Veja res-

ponsáveis pela entrevista em que Marcelo Paixão confessa a tortura nos estabelecimentos militares e seu envolvimento com a prática no período que vai de 1969 a 1972.

Apologia

Baseado nessas declarações, o deputado petista, que é advogado especializado em questões de direito humano, deu entrada ontem mesmo a uma representação junta à Procuradoria Geral da República, requerendo o enquadramento do ex-tenente no Código Penal "por fazer apologia de fato criminoso".

"Reconheço que a Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, anistiou os que cometeram crimes conexos com os crimes políticos e isentou também os torturadores. Não discuto essa questão. Agora, neste caso do ex-tenente, ele declara quais eram suas torturas preferidas e diz que voltaria a

praticá-las se as circunstâncias exigissem".

"Ora, fazer apologia de crime é crime. Ele pode ser apenado pelo menos com detenção por seis meses por ter prestado entrevista fazendo apologia de atos criminosos".

O sub-procurador de cidadania da Procuradoria Geral da República, Wagner Gonçalves, a quem Greenhalg entregou a representação, declarou que o caso é muito difícil. "Na minha opinião, esses crimes de tortura são imprescritíveis e não poderiam ser anistoados", afirmou.

Reconheceu que o problema levantado pela entrevista de Marcelo Paixão foi como mexer em casa de abelha. Disse que vai dar parecer e encaminhar o caso para o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que decidirá o que é possível fazer junto à Câmara Criminal de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.





O DEPUTADO João Leite (PSDB) garante que a Comissão de Garantias Fundamentais tudo fará para que Marcelo Paixão seja punido

Câmara Federal quer ouvir ex-tenente e suas vítimas

GOLLART GONZAGA JR
SUCURSAL BRASÍLIA

A comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal expediu ontem cartas-convites ao torturador confesso Marcelo Paixão e a cinco de seus torturados no 12.º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, para comparecer ao Congresso Nacional na próxima terça-feira e prestar depoimento sobre o assunto.

"Será a hora de esclarecer responsabilidades", argumentou o vice-presidente da comissão, deputado Luís Eduardo Greenhalg (PT-SP), autor da iniciativa. Explicou que o "convite" não tem a força de uma intimação judicial, mas recomendou ao ex-tenente o comparecimento por entender que poderá trazer muitas luzes sobre a questão da tortura ao tempo da ditadura militar.

Greenhalg também propôs e a comissão aprovou a convocação dos jornalistas da revista Veja res-

ponsáveis pela entrevista em que Marcelo Paixão confessa a tortura nos estabelecimentos militares e seu envolvimento com a prática no período que vai de 1969 a 1972.

Apologia

Baseado nessas declarações, o deputado petista, que é advogado especializado em questões de direito humano, deu entrada ontem mesmo a uma representação junto à Procuradoria Geral da República, requerendo o enquadramento do ex-tenente no Código Penal "por fazer apologia de ato criminoso".

"Reconheço que a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, anistiou os que cometeram crimes conexos com os crimes políticos e isso anistiou também os torturadores. Não discuto essa questão. Agora, neste caso do ex-tenente, ele declara quais eram suas torturas preferidas e diz que voltaria a

praticá-las se as circunstâncias exigissem".

"Ora, fazer apologia de crime é crime. Ele pode ser apenado pelo menos com detenção por seis meses por ter prestado entrevista fazendo apologia de atos criminosos".

O sub-procurador de cidadania da Procuradoria Geral da República, Wagner Gonçalves, a quem Greenhalg entregou a representação, declarou que o caso é muito difícil. "Na minha opinião, esses crimes de tortura são imprescritíveis e não poderiam ser anistiados - afirmou."

Reconheceu que o problema levantado pela entrevista de Marcelo Paixão foi como mexer em casa de abelha. Disse que vai dar parecer e encaminhar o caso para o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que decidirá o que é possível fazer junto à Câmara Criminal de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

OAB critica elites políticas

PAULO COTTA
SUCURSAL BRASÍLIA

Os principais obstáculos para a efetivação dos direitos humanos no Brasil são a ineficiência da Justiça e a postura das elites políticas, afastadas do interesse público. A opinião é do presidente da OAB, Reginaldo de Castro, e foi emitida durante ato em homenagem aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ontem, em Brasília.

Não temos a nosso favor sequer a Justiça, que no Brasil não funciona. Não temos a nosso favor sequer a capacidade de grande parte das lideranças políticas, que jamais souberam o que é comportamento ético na gestão da coisa pública, lamentou o presidente da OAB.

Segundo Reginaldo, o único caminho para sanar as desigualdades e garantir a vigência dos direitos humanos no País é pro-

mover mudanças educacionais que permitam aos brasileiros escolher melhor seus representantes públicos.

A correção destes rumos tortuosos, disse o presidente da OAB, passa pela mobilização da sociedade, que com melhor educação repudiará a vida política atualmente exercida no país.

Ele lembrou que, ao idealizar a Carta dos Direitos Humanos, seus organizadores se reportaram às atrocidades cometidas durante a II Guerra, em nome da dominação territorial. Hoje, salientou, o problema ganhou contornos mais sofisticados: vivemos num período de dominação virtual, invisível; povos inteiros são dominados à distância; controla-se a vida de um país através de simples tela de computador, como vem acontecendo no Brasil, que perdeu mais de US\$ 30 bilhões de reservas em apenas uma semana.

Missa reúne esquerda e direita

BRASÍLIA - A comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos reuniu ontem, no Salão Negro do Congresso, conservadores, ex-revolucionários, militantes do MST e religiosos. Eles participaram de uma missa, celebrada pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns. O ato também serviu de festa de fim de ano dos parlamentares. À tarde, a Câmara realizou sessão solene em comemoração pela data.

O canto de comunhão levou boa parte dos presentes às lágrimas - entre eles o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Anel Mágico", de autoria do mineiro Marcos Viana, foi entoada por Daniela Ribeiro, deficiente visual de 18 anos de idade. (AJB)

calves de Resende impressionou na entrevista quando disse que não se lembra de ter torturado ninguém. Ele pediu desculpas e perguntou se reconhecendo? "Tenhamos um cuidado com o pódio da anistia", beneficiado pelo pagamento pelos "outros" ficou conforme de do ex-deputado Getúlio Tourinho, em ESTADO DE MINAS,

ONU

NOVA YORK - O Conselho de Direitos Humanos da ONU decidiu ontem conceder ao primeiro brasileiro, o advogado Marcelo Paixão, o prêmio de direitos humanos da ONU. O prêmio pode ajudar a melhorar sua parceria com a secretaria do ministério da Justiça.

O prêmio da ONU é considerado o mais importante do mundo.



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO DO POVO-PORTO ALEGRE
Data	11.12.98
Seção	NACIONAL/INTERNACIONAL
Página	10

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasil

ONU dá prêmio de direitos humanos a Gregori

Nova Iorque — O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi um dos homenageados ontem na 53ª Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), durante as comemorações dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrados em todo o mundo. Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 da ONU o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a tcheca Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeysekera. Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950.

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na abertura da sessão conduzida por Mian Qadrud-Dir. Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. Sem fazer menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos,

o secretário-geral da ONU afirmou que ontem era o dia de ser renovado o compromisso de todos "com a justiça globalizada na era da globalização".

TELEFOTOS APF/CP



Sabatova (E), Acheng, Mian Dir (ONU), Gregori e Abeysekera



Cliente	ANUBRA		
Veículo	ZERO HORA-PORTO ALEGRE		
Data	11.12.98		
Seção	GERAL	Página	59

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

DIREITOS HUMANOS .

Gregori recebe prêmio

□ A Organização das Nações Unidas (ONU) premiou ontem, em Nova York, cinco pessoas por seu valor e determinação em promover os direitos humanos, entre elas o brasileiro José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos.

Esse prêmio foi estabelecido para honrar pessoas que deram contribuições para a promoção e proteção aos direitos humanos. Entre os outros premiados estava o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, que não compareceu à cerimônia.



Cliente	ANUBRA
Veículo	GAZETA DO POVO - CURITIBA
Data	11.12.98
Seção	...
Página CAPA	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori recebe prêmio da luta pelos direitos

O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, recebeu ontem o Prêmio de Direitos Humanos de 98 da ONU. Gregori participa da luta pelos direitos no Brasil desde 1950. Luzia Canuto Pereira, que teve o pai e 2 irmãos mortos em conflito agrário no Pará, também foi distinguida, em Paris, com prêmio comemorativo aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do governo francês. (Págs.4/17)



Cliente	ANUBRA
Veículo	DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM
Data	11.12.98
Seção	MUNDO
Página	B6

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasileiro é premiado na ONU

NOVA YORK (AFP) - A ONU premiou ontem em Nova York cinco pessoas por seu "valor e determinação" em promover os direitos humanos, entre elas o brasileiro José Gregori e o ex-presidente americano Jimmy Carter.

Este prêmio, outorgado a cada cinco anos, foi estabelecido em 1966 pela Assembléia Geral para honrar "pessoas que deram contribuições extraordinárias para a promoção e proteção aos direitos humanos e as liberdades fundamentais" afirmados na Declaração de Direitos Humanos adotada há 50 anos.

Gregori, que recebeu o prêmio das mãos do Secretário-geral Kofi Annan, lembrou que "luta

pelos direitos humanos há 50 anos". Mas "neste prêmio vejo menos um reconhecimento individual do que um estímulo para o trabalho que estamos fazendo no Brasil", disse numa coletiva após receber a distinção.

Gregori — que quando era estudante na Universidade de São Paulo, nos anos 60, se uniu às organizações que combateram a ditadura militar brasileira — disse que agora é "um responsável do governo".

Explicou que dirige a Secretaria Nacional para os Direitos Humanos, uma entidade criada há 4 anos, para "fazer dos direitos humanos uma das mais importantes políticas públicas".



Cliente	ANUBRA		
Veículo	JORNAL DE PIRACICABA-PIRACICABA		
Data	11.12.98		
Seção	CIDADES/GERAL	Página	A11
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048			

ESTADOS UNIDOS

Gregori é homenageado na ONU

O secretário nacional José Gregori é o primeiro brasileiro a receber esta homenagem

O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi um dos homenageados ontem na 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, durante a comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em todo o mundo.

Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 da ONU o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a checa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeysekera. A sexta distinção foi concedida pela organização a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro.

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, na abertura da sessão comemorativa da assembleia-geral. Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. "Comecei este ano do aniversário da declaração reafirmando a uni-

versalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações." E acrescentou: "Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização."

O secretário-geral, no entanto, não fez menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos.

Em Paris, o primeiro-ministro Lionel Jospin fez a entrega a personalidades internacionais dos prêmios franceses dos direitos humanos no Palácio de Matignon (sede do chefe do Executivo). Durante a cerimônia, Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é "despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos".

Hoje também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do "desprezo aos direitos humanos" em um mundo cada vez mais integrado.

A declaração, aprovada perante 350 membros de ONGs presentes no Palácio de Chaillot de Paris, onde há 50 anos os Estados membros da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Anistia Internacional, a Federação Internacional de Direitos Humanos, France Libertés e o Movimento Internacional ATD Quarto Mundo encaminharão a Declaração de Paris aos membros da ONU e um "plano de ação" para sua aplicação em todo o mundo.

O papa João Paulo II, em mensagem especial à assembleia-geral da ONU, afirmou que "a declaração tem contribuído de forma decisiva para o estímulo internacional dos direitos humanos, ajudando a criar e fortalecer as legislações nacionais e permitindo que milhares de homens e mulheres vivam com maior dignidade". Mas ponderou, "no entanto, ao observar o mundo atual esses direitos fundamentais continuam sendo objeto de graves e constantes violações".

Cinco receberam o prêmio da ONU

O secretário de Direitos Humanos do Brasil, José Gregori, e o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter foram agraciados ontem com o prêmio de Direitos Humanos da ONU 1998, durante a 53ª Assembleia Geral. Também receberam o prêmio os militantes Anna Sabatova, da República Tcheca, Angelina Acheng, de Uganda, e Sunila Abeye-

sekera, do Sri Lanka. A sexta distinção foi concedida pela Assembleia a "todos os defensores dos direitos humanos no mundo".

Em anos anteriores, a ONU distinguiu com o mesmo prêmio personalidades como o presidente sul-africano, Nelson Mandela, a ex-primeira-dama dos Estados Unidos Eleanor Roosevelt, e o líder assassinado nor-

te-americano Martin Luther King.

Os prêmios a Gregori, Sabatova, Acheng e Abeysekera foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e pela alta comissária da organização, Mary Robinson, numa cerimônia que marcou o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Carter não pôde comparecer à premiação.



Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL DA MANHÃ - SÃO PAULO
Data	11.12.98
Seção	...
Página	CAPA

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasil recebe prêmio na ONU

O secretário José Gregori recebe hoje, em Nova York, o Prêmio Direitos Humanos da ONU. Credita-o ao esforço do amigo Fernando Henrique para tirar o Brasil da lista de países bárbaros nessa área. O Programa Nacional de Direitos Humanos, por ele elaborado, tornou-se referência para países empenhados em melhorar a imagem. Gregori foi escolhido entre 400 concorrentes, indicados por mais de cem países. Por esse lado, é até mais representativo do que o Nobel da Paz: "A diferença é o vil metal", brinca Gregori. O da ONU confere honra, mas não dá dinheiro.

* * *



Cliente	ANUBRA	
Veículo	DIÁRIO DA TARDE - BH	
Data	11.12.98	
Seção	INTERNACIONAL	Página 09

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048



JOSÉ GREGORI recebeu o prêmio de Direitos Humanos da ONU

Gregori premiado

NAÇÕES UNIDAS – O secretário de Direitos Humanos do Brasil, José Gregori, e o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter foram agraciados ontem com o prêmio de Direitos Humanos da ONU 1998, durante a 53ª Assembléia Geral. Também receberam o prêmio os militantes Anna Sabatova, da República Tcheca, Angelina Acheng, de Uganda, e Sunila Abeysekera, do Sri Lanka. A sexta distinção foi concedida pela Assembléia a "todos os defensores dos direitos humanos no mundo". (AE/Ansa)



Cliente	ANUBRA		
Veículo	DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE		
Data	11.12.98		
Seção	MUNDO	Página	A9
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048			

José Gregori recebe prêmio da ONU

Secretário brasileiro é distinguido por seu trabalho em defesa dos direitos humanos

NACIONES UNIDAS - O secretário de Direitos Humanos do Brasil, José Gregori, e o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter foram agraciados, ontem, com o prêmio de Direitos Humanos da ONU 1998, durante a 53ª Assembleia Geral. Também receberam o prêmio os militantes Anna Sabatova, da República Tcheca, Angelina Acheng, de Uganda, e Sunila Abeysekera, do Sri Lanka. A sexta distinção foi concedida pela Assembleia a "todos os defensores dos direitos humanos no mundo".

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e pela alta comissária da or-

ganização, Mary Robinson, numa cerimônia que marcou o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Gregori vem participando da luta pelos direitos humanos desde 1950, quando era estudante na Universidade de São Paulo, e brigou pelo reestabelecimento da democracia quando os militares tomaram o poder no Brasil, na década de 60. Atualmente, Gregori encabeça a recém-criada Secretaria Nacional para os Direitos Humanos.

NOBEL - Também ontem, foi entregue, em Oslo, o Prêmio Nobel da Paz 1998 ao protestante David Trimble e ao católico John Hume

por seu papel na conclusão do acordo de paz na Irlanda do Norte em 10 de abril passado. O prêmio, com um cheque de US\$ 938 mil, lhes foi entregue pelo presidente do comitê Nobel norueguês, Francis Sejersted, em presença do rei Harald V da Noruega e da rainha Sônia no salão de festas da prefeitura da capital norueguesa.

Ao entregar o prêmio, Sejersted considerou que os dois laureados permitiram "romper o círculo vicioso da violência" em Ulster. "Vocês são os mais destacados entre os que se puseram a serviço da paz, na Irlanda do Norte e fora da província", assinalou.



Os irlandeses Hume (E) e Trimble receberam, ontem, o Prêmio Nobel da Paz.



Gregori recebe prêmio de direitos humanos da ONU

Secretário nacional foi um dos cinco distinguidos ontem pela organização, durante solenidade nas Nações Unidas

Nova Iorque (AE-Reuters) - O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi um dos homenageados na 53ª Assembleia Geral das Nações Unidas, durante o comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em todo o mundo.

Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 da ONU o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a libanesa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a singalesa Sunila Abeysekera. A organização foi concedida pela organização a todos os defensores dos direitos humanos do mundo.

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro.

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, na abertura da sessão comemorativa da assembleia-geral. Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. Começou este ano de aniversário da declaração reafirmando a universalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações. "Este é o dia



José Gregori fez discurso depois de receber a homenagem inédita, em solenidade internacional dos direitos humanos no Palácio de Malignon (sede do chefe do Executivo). Durante a cerimônia, Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos.

Ontem também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do desrespeito aos direitos humanos em um mundo cada vez mais integrado.

A declaração foi aprovada durante a 53ª sessão de Charles L. Thomas em Paris, onde 60 membros da Assembleia Geral da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Assembleia Internacional da Federação Internacional dos Direitos Humanos, France Libertés, Direitos Humanos Internacionais e o Movimento Internacional ATD - Quartier Mundial, em companhia da Declaração de Paris aos membros da ONU e um plano de ação para sua aplicação em todos os níveis.

O papa João Paulo II, em mensagem especial à assembleia-geral da ONU, afirmou que a declaração tem caráter de forma declarativa para o estágio internacional dos direitos humanos, ajudando a criar e fortalecer as legislações nacionais e permitindo que milhares de homens e mulheres possam com maior dignidade. Mas ponderou, no entanto, ao observar o mundo atual, esses direitos fundamentais continuam sendo objeto de graves e constantes violações.

Paris lembra professora do PA

Belem (AE) - A professora Lúzia Camilo Pereira, de 40 anos, que teve o pai e dois irmãos mortos na luta pela posse da terra no Sul do Pará, recebeu ontem, em Paris, o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês. Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando

contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte de seu pai, o sindicalista João Camilo, morto em 1985, e de seus irmãos, Paulo José, em 1990, executados por pistoleiros após serem presos e algemados.

As mortes aconteceram no município de Rio Maria, onde Lúzia vive com seus dois filhos de 5 e 10 anos, com o marido, Carlos Cabral, sobrevivente de dois atentados à bala, em de um irmão, Orlando Camilo, que se escapou de várias emboscadas de pistoleiros. Os processos estão parados no Tribunal de Justiça do

Artista de GO denuncia violação

Brasília (AE) - O artista plástico goiense Siron Franco montou ontem uma instalação nos jardins em frente ao Congresso Nacional, para denunciar que 50 anos depois da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos permanece no Brasil a violência contra a mulher e a criança. Siron criou uma grande cruz com roupas usadas,

colocada em cima de uma coleção de recortes de jornais amplificados, com matérias relatando casos de violência e de desrespeito aos direitos humanos no Brasil.

A obra, medindo 30 metros de comprimento por 30 de altura, chamou a atenção dos populares que passavam na Esplanada dos Ministérios. "Tenho passar nesta obra a minha indignação em relação a esses fatos", conta Siron. Ao todo, foram usadas 2.200 roupas de crianças e mulheres para fazer a cruz. Entre as roupas, foram colocadas tesouras, chaves de tenda e pedaços de ferro. "Muitas das violências que estão descritas nestes recortes de

Brasília (AE)

journal foram praticadas com esses instrumentos", justificou Siron. "O pior é que este é um crime esquecido do homem", observou o artista plástico.

A instalação será mostrada também em Goiânia, Salvador, Curitiba e no início do próximo ano ficará em exposição no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Essa é a quarta vez que Siron faz obras de instalações públicas nos jardins do Congresso. A obra, segundo o próprio artista plástico, é interativa. Por isso, as pessoas que se aproximavam da instalação acabavam sendo andados em cima dos jornais plastificados. "Essa é uma tentativa de nova releitura dos fatos", explicou o artista.

Durante a manhã, também houve manifestações dos sem-terra em frente ao Congresso para marcar a data. A tarde, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em homenagem aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Centro alerta contra genocídio

Washington (API) - O presidente Bill Clinton anunciou ontem a criação de um centro de alerta contra o genocídio e várias outras iniciativas durante uma cerimônia em Washington para comemorar o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A gestão deste centro, que estará em mãos do departamento de Estado e da CIA, terá como objetivo prevenir genocídios em alguns conflitos latentes, informou a Casa Branca.

Clinton também anunciou que os Estados Unidos aumentarão ven-

tos. "O primeiro é que eu sofri muitas violações em meus direitos, tive minha família morta e os criminosos continuam impunes no Pará, mas o maior motivo é que eu não fugi e nem fuerei da luta por justiça". Desde junho passado, Lúzia anda pelas ruas do Sul do Pará com um segurança contratado pelo Comitê Rio Maria de Direitos Humanos, que ela ajudou a fundar.

Estados Unidos darão 8 milhões de dólares adicionais nos próximos cinco anos a agências humanitárias e 3 milhões de dólares em 1999 ao fundo voluntário da ONU contra o genocídio.

Protesto nos EUA

Nova Iorque (AE) - O brasileiro Orlando Lovexchio Junior, de 52 anos, realizou um protesto solitário contra o governo brasileiro em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Manhattan, aproveitando a sessão solene do 50º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos.

Lovexchio permaneceu todo o dia na calçada da Primeira Avenida, dividindo espaço com manifestantes cubanos contra o regime de Fidel Castro, erguendo uma faixa com os dizeres "Direitos Humanos para todos" - o slogan da ONU para a ocasião, mas colocando em dúvida sua existência com as perguntas: "No Brasil? Quando?"

O objetivo do protesto de Lovexchio é obter uma indenização do governo brasileiro. Ele perdeu uma perna por causa da explosão de uma bomba na frente da biblioteca do Consulado dos Estados Unidos, na Rua Augusta, em 19 de março de 1968, no momento em que ia passar do

Lovexchio, que não tinha ligação com terroristas nem com a repressão, ficou no limbo jurídico. Não há lei que lhe garanta o benefício.

Assim, ele está realizando uma campanha de protesto político, buscando sensibilizar as autoridades no País. 26 mil pessoas recebem apenas indenização ou pensão especial, por terem sido perseguidas durante o regime militar. As famílias de 360 mortos ou desaparecidos foram indenizadas.

Brasileira tem reconhecimento pela luta contra a impunidade

Paris por Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente francês François Mitterrand, que a classificou como uma "guerreira dos direitos humanos" no Brasil". Lúzia recebeu seu prêmio a dois meses.

"O primeiro é que eu sofri muitas violações em meus direitos, tive minha família morta e os criminosos continuam impunes no Pará, mas o maior motivo é que eu não fugi e nem fuerei da luta por justiça". Desde junho passado, Lúzia anda pelas ruas do Sul do Pará com um segurança contratado pelo Comitê Rio Maria de Direitos Humanos, que ela ajudou a fundar.

Estados Unidos darão 8 milhões de dólares adicionais nos próximos cinco anos a agências humanitárias e 3 milhões de dólares em 1999 ao fundo voluntário da ONU contra o genocídio.

Jornal português acusa FHC

Lisboa (AE) - O presidente Fernando Henrique Cardoso foi apresentado ontem como um foragido da justiça na primeira página do jornal português Diário de Notícias - um dos mais tradicionais do país. O jornal trazia em letras grandes a palavra "Procuramos" e em baixo a fotografia do presidente brasileiro, ao lado dos presidentes Lula e Zénelo, da Argélia, Jiang Zemin, da China, Boris Yeltsin, da Rússia e Bill Clinton, dos Estados Unidos. A edição de ontem foi dedicada aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e a acusação era aos países que violam os direitos humanos.

Em baixo da foto, o jornal apontou violações dos direitos humanos praticadas no Brasil.

Centenas de pessoas assassinadas pela polícia e por esquadrões da morte ligadas às forças de segurança. Tortura e outros tratos polidrogas são uma prática comum. Dentro do jornal outras acusações como a de que os defensores de direitos humanos são ameaçados e atacados e os responsáveis pelas violações continuam impunes.

O artigo também foi responsabilizado por massacres de civis, execuções extrajudiciais, presos de consciência e tortura. Nelson por ter presenças de consciência e por centenas de condenações a morte, o crime Jiang Zemin pelos milhares de prisioneiros políticos, tortura e aplicação generalizada da pena de morte e Bill Clinton pela pena de morte e por milhares de





Cliente	ANUBRA
Veículo	TRIBUNA DO NORTE-NATAL
Data	11.12.98
Seção	BRASIL
Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

■ **DIREITOS HUMANOS** *Papa diz que a Declaração Universal permitiu que homens e mulheres vivam com mais dignidade*

Gregori recebe Prêmio das Nações Unidas

Nova York — O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi ontem um dos homenageados pela 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, na comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com ele, receberam o Prêmio de Direitos Humanos da ONU/1998 o presidente norte-americano Jimmy Carter, a checa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeyesekera. A sexta distinção foi concedida a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro. Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na Assembleia-Geral.

Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. "Comecei este ano do cinquentenário da Declaração reafirmando a universalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações."

E acrescentou: "Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização." O secretário-geral, no entanto, não fez menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos.

DECLARAÇÃO — Em Paris, o primeiro-ministro Lionel Jospin fez a entrega a personalidades internacionais dos prêmios franceses dos direitos humanos, em cerimônia no

Palácio de Matignon (sede do chefe do Executivo). Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é "despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos".

Também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do "desprezo aos direitos humanos" Num mundo cada vez mais integrado.

A declaração foi aprovada perante 350 membros de ONGs, no

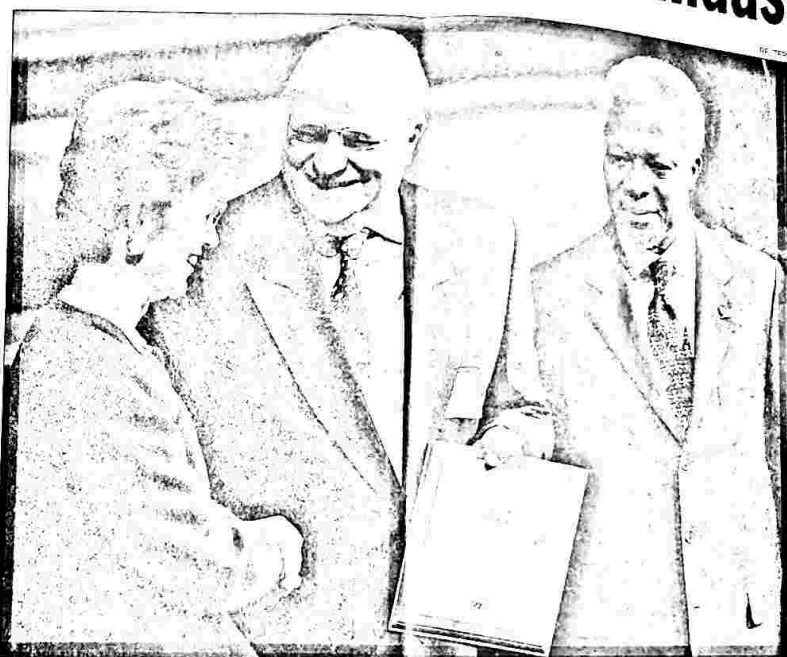
Palácio de Chaillot, de Paris, onde há 50 anos os Estados membros da ONU ratificaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Anistia Internacional, a Federação Internacional de Direitos Humanos, France Libertés e o Movimento Internacional ATD Quarto Mundo encaminharão a Declaração de Paris aos membros da ONU e um "plano de ação" para sua aplicação em todo o mundo.

Os Direitos Humanos não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações"

Kofi Annan, secretário-geral da ONU

FORTELECIMENTO — O papa João Paulo II, em mensagem especial à Assembleia-Geral da ONU, afirmou que "a Declaração tem contribuído de forma decisiva para o estímulo internacional dos direitos humanos, ajudando a criar e fortalecer as legislações nacionais e permitindo que milhares de homens e mulheres vivam com maior dignidade".

Porém, na opinião do papa ainda há um longo caminho a percorrer na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, que em muitos casos continuam sendo objeto de graves e constantes violações".



SOLENIDADE — Gregori, entre a comissária de D11 e o secretário-geral Kofi Annan, recebe o prêmio da ONU.

Paris homenageia professora do Pará

Paris — A professora Luzia Canuto Pereira, de 30 anos, que teve o pai e dois irmãos mortos na luta pela posse da terra no Sul do Pará, recebeu ontem, em Paris, o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês.

Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte, em 1985, de seu pai, o sindicalista João Canuto, atingido com 18 tiros, e de seus irmãos, Paulo e José, executados em 1990 por pistoleiros após serem presos e algemados.

As mortes aconteceram no município de Rio Maria, onde Luzia vive com seus dois filhos de 5 e 10 anos, com o marido, Carlos Cabral, sobrevivente de dois atentados à bala, além de um irmão, Orlando Canuto, que já escapou de várias emboscadas de pistoleiros. Os processos sobre estes casos estão parados no Tribunal de Justiça do Pará. Apenas um policial militar foi condenado a 50 anos de prisão. Os demais acusados estão foragidos.

A própria Luzia revelou em Paris, durante entrevista a jornais e redes de televisão da Europa e Estados Unidos, que vem sofrendo ameaças de morte. "Telefonam sempre para a escola dizendo que eu

devo tomar cuidado", contou a professora.

Saudada em Paris por Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente francês François Mitterrand, que a classificou como uma "guerreira dos direitos humanos no Brasil", Luzia credita seu prêmio a dois motivos: "O primeiro é que eu sofri muitas violações em meus direitos, tive minha família morta e os criminosos continuam impunes no Pará, mas o maior motivo é que eu não fugi e nem fugirei da luta por justiça".

Desde junho passado, Luzia anda pelas ruas do sul do Pará com um segurança contratado pelo Comitê Rio Maria de Direitos Humanos, que ela ajudou a fundar.



Cliente	ANUBRA
Veículo	MEIO NORTE-TERESINA
Data	11.12.98
Seção	GERAL/RICARDO BOECHAT
Página	08

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Protetor do motor

NOVA YORK, 10 (AE-REUTERS)

O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi um dos homenageados ontem (10) na 53ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, durante a comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em todo o mundo.

Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 da ONU o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a checa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeysekera. A sexta distinção foi concedida pela organização a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro.

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, na abertura da sessão comemorativa da assembléia-geral.

Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. "Comecei este ano do aniversário da declaração reafirmando a universalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações." E acrescentou:

"Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização." O secretário-geral, no entanto, não fez menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos.

Em Paris, o primeiro-ministro Lionel Jospin fez a entrega a personalidades internacionais dos prêmios franceses dos direitos humanos no Palácio de Matignon (sede do chefe do Executivo). Durante a cerimônia, Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é "despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos". Hoje também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas

deral informou ontem que 354.806 declarações apresentadas em 1998 caíram na malha fina da fiscalização, o que significa que as informações dos contribuintes serão confe-



GREGORI / Mais respeito aos direitos dos cidadãos brasileiros

Professora recebe homenagem

BELEM, 10 (AE)

A professora Luzia Canuto Pereira, de 30 anos, que teve o pai e dois mortos na luta pela posse da terra no sul do Pará, recebeu hoje, em Paris, o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês. Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte de seu pai, o sindicalista João Canuto, morto com 18 tiros em

1985, e de seus irmãos, Paulo e José, em 1990, executados por pistoleiros após serem presos e algemados. As mortes aconteceram no município de Rio Maria, onde Luzia vive com seus dois filhos de 5 e 10 anos, com o marido, Carlos Cabral, sobrevivente de dois atentados à bala, além de um irmão, Orlando Canuto, que já escapou de várias emboscadas de pistoleiros. Os processos estão parados no Tribunal de Justiça do Pará. Apenas um policial militar foi condenado a 50 anos de prisão.

organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do "desprezo aos direitos humanos" em um mundo cada vez mais integrado.

A declaração, aprovada perante 350 membros de ONGs presentes no Palácio de Chaillot de Paris, onde há 50 anos os Estados mem-

bros da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Anistia Internacional, a Federação Internacional de Direitos Humanos, France Libertés e o Movimento Internacional ATD Quarto Mundo encaminharão a Declaração de Paris aos membros da ONU e um "plano de ação" para sua aplicação em todo o mundo.



Cliente	ANUBRA
Veículo	TRIBUNA DA BAHIA-SALVADOR
Data	11.12.98
Seção	POLITICA/NACIONAL
Página	07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

POLITICA/NACIONAL

Gregori recebe prêmio inédito para o país

Nova York - O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, 68, tornou-se ontem o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio de direitos humanos concedido pela ONU (Organização das Nações Unidas). Ele disse que o prêmio pode ajudar o país a ampliar sua parceria com a comunidade internacional e informou que a secretaria pode ser transformada em ministério no próximo ano.

O prêmio da ONU é concedido a cada cinco anos para pessoas de todo o mundo que se destacaram na luta pela preservação dos direitos humanos. Gregori foi premiado ao lado de mais quatro pessoas, incluindo o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter. Gregori recebeu a



Privilegio

Secretário foi o 1º brasileiro a receber o prêmio de Direitos Humanos

placa comemorativa do prêmio das mãos do secretário-geral da entidade, Kofi

Annan, em Nova York. Ontem, a ONU comemorou os 50 anos da promulgação da

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo comunicado do organismo, Gregori foi premiado por "sua luta desde os anos 50, buscando restabelecer a democracia no país, além dos programas nacional e regional de divulgação dos direitos humanos". Entre as pessoas que já conquistaram o prêmio estão o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e o líder negro Martin Luther King.

Em seu discurso de agradecimento, Gregori destacou que o prêmio deveria servir de estímulo ao país para tornar a defesa dos direitos humanos uma causa pública. "Ainda temos sérios problemas, não só relativos à desigualdade social. A polícia ainda é violenta, e a Justiça ainda é lenta", disse.

Reconhecimento pelo trabalho

Ele afirmou que via na premiação um reconhecimento do trabalho feito pela secretaria dos Direitos Humanos nos últimos dois anos e meio. Após a cerimônia, o secretário disse que sua pasta deve ganhar mais espaço no próximo governo de Fernando Henrique Cardoso. "O presidente garantiu que a defesa dos

direitos humanos será uma das questões fundamentais.

Ao mesmo tempo, garantiu que serão viabilizados mais recursos técnicos e financeiros para a pasta. Como será a ampliação da secretaria ainda não está certo. Ela pode se tornar um ministério, mas a questão está sendo estudada", declarou.

O secretário informou que está em estudo um programa de federalização de crimes contra os direitos humanos no Brasil, o que poderia agilizar o processo judiciário.

O autônomo Orlando Lovecchio Filho, 52, realizou ontem um protesto -ele carregava um cartaz- contra a premiação de Gregori. Filho disse ter per-

dido uma filha em 1968, em um atentado terrorista em São Paulo, e reivindicou uma indenização do Estado.

Ele diz que, no Brasil, só as pessoas que desrespeitam a lei têm garantia de direitos humanos. Ele viajou de Santos (SP) até Nova York para protestar em frente ao prédio da ONU.



Cliente	ANUBRA	Página	08
Veículo	MEIO NORTE-TERESINA		
Data	11.12.98		
Seção	GERAL/RICARDO BOECHAT		

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasileiro recebe prêmio das Nações Unidas

NOVA YORK. LO (AE PETERS) - O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi um dos homenageados ontem (10) na 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, durante a comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em todo o mundo.

Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 da ONU o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a checa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeysekera. A sexta distinção foi concedida pela organização a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro. Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, na abertura da sessão comemorativa da assembleia-geral.

Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. "Comecei este ano do aniversário da declaração reafirmando a universalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações." E acrescentou:

"Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização." O secretário-geral, no entanto, não fez menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos.

Em Paris, o primeiro-ministro Lionel Jospin fez a entrega a personalidades internacionais dos prêmios franceses dos direitos humanos no Palácio de Matignon (sede do chefe do Executivo). Durante a cerimônia, Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é "despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos". Hoje também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas



GREGORI / Mais respeito aos direitos dos cidadãos brasileiros

Professora recebe homenagem

BELEM, TO (AE) - A professora Luzia Canuto Pereira, de 30 anos, que teve o pai e dois mortos na luta pela posse da terra no sul do Pará, recebeu hoje, em Paris, o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês. Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte de seu pai, o sindicalista João Canuto, morto com 18 tiros em

1985, e de seus irmãos, Paulo e José, em 1990, executados por pistoleiros após serem presos e algemados. As mortes aconteceram no município de Rio Maria, onde Luzia vive com seus dois filhos de 5 e 10 anos, com o marido, Carlos Cabral, sobrevivente de dois atentados à bala, além de um irmão, Orlando Canuto, que já escapou de várias emboscadas de pistoleiros. Os processos estão parados no Tribunal de Justiça do Pará. Apenas um policial militar foi condenado a 50 anos de prisão.

organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do "desprezo aos direitos humanos" em um mundo cada vez mais integrado.

A declaração, aprovada perante 350 membros de ONGs presentes no Palácio de Chaillot de Paris, onde há 50 anos os Estados mem-

brós da ONU aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Amnistia Internacional, a Federação Internacional de Direitos Humanos, France Libertés e o Movimento Internacional ATD Quarto Mundo encaminharão a Declaração de Paris aos membros da ONU e um "plano de ação" para sua aplicação em todo o mundo.



Cliente	ANUBRA
Veículo	TRIBUNA DO NORTE-NATAL
Data	11.12.98
Seção	BRASIL
Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

148

DIREITOS HUMANOS Papa diz que a Declaração Universal permitiu que homens e mulheres vivam com mais dignidade

Gregori recebe Prêmio das Nações Unidas

Nova York — O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foi ontem um dos homenageados pela 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, na comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com ele, receberam o Prêmio de Direitos Humanos da ONU/1998 o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, a checa Anna Sabatová, a ugandesa Angelina Acheng e a singalesa Sunila Abeysekera. A sexta distinção foi concedida a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Gregori participa da luta pelos direitos humanos no Brasil desde 1950 e é secretário nacional dos Direitos Humanos do governo brasileiro. Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na Assembleia-Geral.

Em seu discurso, Annan enfatizou o caráter universal dos direitos humanos. "Comecei este ano do cinquentenário da Declaração reafirmando a universalidade dos direitos humanos e argumentando que eles não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações".

E acrescentou: "Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização". O secretário-geral, no entanto, não fez menção à criação de um tribunal internacional para julgar os que violam os direitos humanos.

DECLARAÇÃO — Em Paris, o primeiro-ministro Lionel Jospin fez a entrega a personalidades internacionais dos prêmios franceses dos direitos humanos, em cerimônia no

Palácio de Matignon (sede do chefe do Executivo). Jospin afirmou que a primeira missão do Estado é "despertar a consciência e transmitir a gerações futuras a cultura dos direitos humanos".

Também foi aprovada a Declaração de Paris por diversas organizações não-governamentais (ONGs) de mais de cem países. O documento denuncia a persistência do "desprezo aos direitos humanos" Num mundo cada vez mais integrado.

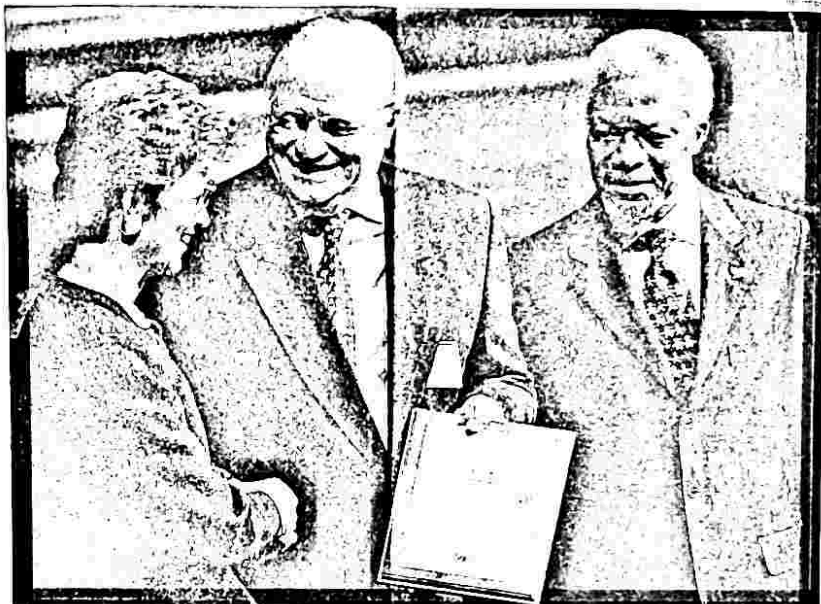
A declaração foi aprovada perante 350 membros de ONGs, no Palácio de Chaillot, de Paris, onde há 50 anos os Estados membros da ONU ratificaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Anistia Internacional, a Federação Internacional de Direitos Humanos, France Libertés e o Movimento Internacional ATD Quarto Mundo encaminharão a Declaração de Paris aos membros da ONU e um "plano de ação" para sua aplicação em todo o mundo.

Os Direitos Humanos não são estrangeiros a nenhuma cultura e nativos de todas as nações"

Kofi Annan, secretário-geral da ONU

FORTALECIMENTO — O papa João Paulo II, em mensagem especial à Assembleia-geral da ONU, afirmou que "a Declaração tem contribuído de forma decisiva para o estímulo internacional dos direitos humanos, ajudando a criar e fortalecer as legislações nacionais e permitindo que milhares de homens e mulheres vivam com maior dignidade".

Porém, na opinião do papa ainda há um longo caminho a percorrer na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, que em muitos casos continuam sendo objeto de graves e constantes violações".



SOLEMNIDADE — Gregori, entre a comissão de DH e o secretário-geral Kofi Annan, recebe o prêmio da ONU

Paris homenageia professora do Pará

Paris — A professora Luzia Canuto Pereira, de 30 anos, que teve o pai e dois irmãos mortos na luta pela posse da terra no Sul do Pará, recebeu ontem, em Paris, o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês.

Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte, em 1985, de seu pai, o sindicalista João Canuto, atingido com 18 tiros, e de seus irmãos, Paulo e José, executados em 1990 por pistoleiros após serem presos e algemados.

As mortes aconteceram no município de Rio Maria, onde Luzia vive com seus dois filhos de 5 e 10 anos, com o marido, Carlos Cabral, sobrevivente de dois atentados à bala, além de um irmão, Orlando Canuto, que já escapou de várias emboscadas de pistoleiros. Os processos sobre estes casos estão parados no Tribunal de Justiça do Pará. Apenas um policial militar foi condenado a 50 anos de prisão. Os demais acusados estão foragidos.

A própria Luzia revelou em Paris, durante entrevista a jornais e redes de televisão da Europa e Estados Unidos, que vem sofrendo ameaças de morte. "Telefonam sempre para a escola dizendo que eu

devo tomar cuidado", contou a professora.

Stuçada em Paris por Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente francês François Mitterrand, que a classificou como uma "guerreira dos direitos humanos no Brasil", Luzia credita seu prêmio a dois motivos: "O primeiro é que eu sofri muitas violações em meus direitos, tive minha família morta e os criminosos continuam impunes no Pará, mas o maior motivo é que eu não fugi e nem fugirei da luta por justiça".

Desde junho passado, Luzia anda pelas ruas do sul do Pará com um segurança contratado pelo Comitê Rio Maria de Direitos Humanos, que ela ajudou a fundar.



Cliente	ANUBRA
Veículo	O GLOBO - RJ
Data	12.12.98
Seção	O PAÍS
Página 03	



Cliente	ANUBRA
Veículo	TRIBUNA DA BAHIA-SALVADOR
Data	11.12.98
Seção	POLITICA/NACIONAL
Página 07	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

POLITICA/NACIONAL

Gregori recebe prêmio inédito para

Nova York - O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, 68, tornou-se ontem o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio de direitos humanos concedido pela ONU (Organização das Nações Unidas). Ele disse que o prêmio pode ajudar o país a ampliar sua parceria com a comunidade internacional e informou que a secretaria pode ser transformada em ministério no próximo ano.

O prêmio da ONU é concedido a cada cinco anos para pessoas de todo o mundo que se destacaram na luta pela preservação dos direitos humanos. Gregori foi premiado ao lado de mais quatro pessoas, incluindo o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter.

Gregori recebeu a



Privilégio

Secretário foi o 1º brasileiro a receber o prêmio de Direitos Humanos

placa comemorativa do prêmio das mãos do secretário-geral da entidade, Kofi

Annan, em Nova York. Ontem, a ONU comemorou os 50 anos da promulgação da

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo comunicado do organismo, Gregori foi premiado por "sua luta desde os anos 50, buscando restabelecer a democracia no país, além dos programas nacional e regional de divulgação dos direitos humanos". Entre as pessoas que já conquistaram o prêmio estão o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e o líder negro Martin Luther King.

Em seu discurso de agradecimento, Gregori destacou que o prêmio deveria servir de estímulo ao país para tornar a defesa dos direitos humanos uma causa pública. "Ainda temos sérios problemas, não só relativos à desigualdade social. A política ainda é violenta, e a Justiça ainda é lenta", disse.

Reconhecimento pelo trabalho

Ele afirmou que via na premiação um reconhecimento do trabalho feito pela secretaria dos Direitos Humanos nos últimos dois anos e meio. Após a cerimônia, o secretário disse que sua pasta deve ganhar mais espaço no próximo governo de Fernando Henrique Cardoso. "O presidente garantiu que a defesa dos

direitos humanos será uma das questões fundamentais.

Ao mesmo tempo, garantiu que serão viabilizados mais recursos técnicos e financeiros para a pasta. Como será a ampliação da secretaria ainda não está certo. Ela pode se tornar um ministério, mas a questão está sendo estudada", declarou.

O secretário informou que está em estudo um programa de federalização de crimes contra os direitos humanos no Brasil, o que poderia agilizar o processo judiciário.

O autônomo Orlando Lovecchio Filho, 52, realizou ontem um protesto - ele carregava um cartaz - contra a premiação de Gregori. Filho disse ter per-

dido uma perna em 1968, em um atentado terrorista em São Paulo, e reivindica uma indenização do Estado.

Ele diz que, no Brasil, só as pessoas que desrespeitam a lei têm garantia de direitos humanos. Ele viajou de Santos (SP) até Nova York para protestar em frente ao prédio da ONU.



Cliente	ANUBRA
Veículo	O GLOBO - RJ
Data	12.12.98
Seção	O PAÍS
Página 03	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Vale o escrito

- José Gregori tem interrompido todos os elogios que recebe dos interlocutores:
— Pare! Faça-o por escrito.